

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

ARIEL LUCAS BARCA

**A INTERVENÇÃO DA ONU NOS CONFLITOS
INICIADOS PELO BOKO HARAM NA NIGÉRIA E O
SILÊNCIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

BAURU
2016

ARIEL LUCAS BARCA

**A INTERVENÇÃO DA ONU NOS CONFLITOS
INICIADOS PELO BOKO HARAM NA NIGÉRIA E O
SILÊNCIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2016

Barca, Ariel Lucas

B242i

A intervenção da ONU nos conflitos iniciados pelo Boko Haram na Nigéria e o silêncio da comunidade internacional / Ariel Lucas Barca. -- 2016.

72f.

Orientadora: Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.

1. Organização das Nações Unidas. 2. Nigéria. 3. Boko Haram. 4. Comunidade Internacional. 5. Conflitos. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

ARIEL LUCAS BARCA

**A INTERVENÇÃO DA ONU NOS CONFLITOS INICIADOS PELO
BOKO HARAM NA NIGÉRIA E O SILÊNCIO DA COMUNIDADE
INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Profa. M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M.e Fábio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 28 de novembro de 2016.

Este trabalho é dedicado a minha mãe e meu irmão que formam a minha base e ao meu anjo celestial que atende pelo nome de pai. Sem vocês eu nada seria e muito menos teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Ser Celestial que me presenteou com a graça da vida e sempre renovou minhas forças para superar as dificuldades. Agradeço de corpo e alma a minha família e meus amigos que são o verdadeiro sustento do meu sorriso e absorvem o impacto das minhas dores. A esta universidade, que me permitiu crescer, conhecer e expandir minhas percepções sobre as esferas do conhecimento científico e da complexidade da existência humana. A minha orientadora Beatriz, pelo suporte desde o processo de criação até a conclusão deste trabalho e principalmente pelo carinho com o qual me acolheu durante todo o ciclo universitário. A todos os meus professores. De modo especial, aqueles que ajudaram a moldar a forma como enxergo os caminhos da vida. Aos amigos que conheci e aprendi a amar desde o primeiro ano deste ciclo e que hoje o finalizam ao meu lado. Vocês foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Ao amigo de quatro patas que me reensinou o significado da palavra amor. E por fim, minha eterna gratidão, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste sonho. Muito obrigado.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” (MANDELA, 1995).

RESUMO

A Nigéria é um dos países de maior força econômica e relevância internacional dentro do continente africano, sendo assim, possui uma das mais importantes influências para que seus vizinhos estejam aptos a alcançar a mesma capacidade. Entretanto, as mazelas que assolam seu território, são grandes responsáveis pelos baixos índices de desenvolvimento humano e pela incapacidade do próprio governo de reagir a tais situações, sendo que em muitos casos, os próprios órgãos governamentais estão conectados com as causas e raízes destes problemas sociais. A Organização das Nações Unidas buscou ao longo dos anos, auxiliar através de seus programas, a construção de uma democracia mais forte e sustentável em toda a África. Porém, os conflitos existentes que configuram uma divisão mundial entre Ocidente e Oriente, acabam dificultando intervenções externas para que muitas crises sejam controladas e suprimidas. As diferenças étnicas e religiosas são aspectos capazes de exemplificar as dificuldades de se alcançar uma identidade comum, isto é, fatores que impedem a nação nigeriana de fortalecer suas bases políticas, econômicas e sociais, se tornando ainda mais propícia para as ações de novos fenômenos, como por exemplo, o terrorismo. Apesar de ser uma questão relativamente antiga, as ações terroristas conhecidas hoje, foram moldadas a partir de grupos que passaram a protagonizar o cenário internacional, a partir do século XX. Dessa forma, o grupo Boko Haram acaba surgindo com o objetivo de erradicar e extinguir toda forma de cultura ocidental, para que a lei islâmica seja elevada ao patamar nacional, no sentido de se tornar válida em todo o Estado. Seu reconhecimento pelo Conselho de Segurança, acabou gerando uma repercussão ainda maior na dinâmica das relações internacionais, fazendo com que os olhares dos atores externos se voltassem mais uma vez para o continente africano e para a Nigéria. A força do grupo extremista tem mostrado uma capacidade significativa de atingir países próximos ao território nigeriano, tornando-se uma ameaça global e gerando uma preocupação cada vez maior para as potências ocidentais.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Nigéria. Boko Haram. Comunidade Internacional. Conflitos.

ABSTRACT

Nigeria is one of the countries with the highest economic strength and international relevance within the African continent, therefore, has one of the most important influences so that their neighbors are able to achieve the same capacity. However, the ills plaguing their territory are largely responsible for the low human development indices and the government's own inability to respond to such situations, and in many cases, government bodies are connected with the causes and roots of these social problems. The United Nations has sought over the years, helping through its programs, building a stronger and sustainable democracy across Africa, however, the conflicts that form a global division between East and West, end up hindering external interventions so many seizures are controlled and suppressed. Ethnic and religious differences are aspects able to illustrate the difficulties of achieving a common identity, that is, factors that prevent the Nigerian nation to strengthen their political bases, economies and social becoming even more favorable for the actions of new phenomena, for example, terrorism. Despite being a relatively old question, terrorist actions is known today by the model from groups that came in the international scene in the twentieth century, therefore the Boko Haram group has just emerging in order to root out and extinguish all forms of Western culture to Islamic law be raised at national level, in order to become valid throughout the state. Recognition by the Security Council, has led to a greater repercussion on the dynamics of international relations, making the eyes of external actors would turn again to Africa and Nigeria. The extremist group force has shown a significant ability to reach countries close to the Nigerian territory, becoming a global threat and generating an increasing concern for the Western powers.

Key Words: United Nations. Nigeria. Boko Haram. International Community. Conflicts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A ONU E OS PROCEDIMENTOS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS	13
2.1	O USO DA DIPLOMACIA PREVENTIVA	14
2.2	PEACEMAKING, PEACEKEEPING E PEACEBUILDING	20
2.3	A AÇÃO DA ONU NA NIGÉRIA	25
3	A INSTABILIDADE NA NIGÉRIA E O TERRORISMO	29
3.1	A INDEPENDÊNCIA E A BUSCA DE UMA IDENTIDADE COMUM.....	29
3.2	A ATUAÇÃO DOS ATORES EXTERNOS.....	34
3.3	A CRISE ÉTNICA/RELIGIOSA: CRISTÃOS X MUÇULMANOS E A INCAPACIDADE DO ESTADO.....	39
3.4	O SURGIMENTO E A FORÇA DO BOKO HARAM	46
4	O SISTEMA INTERNACIONAL E O BOKO HARAM	53
4.1	A HERANÇA NEOCOLONIAL E O PROBLEMA DA DIVISÃO.....	54
4.2	O SILÊNCIO DO OCIDENTE.....	56
4.3	A INVISIBILIDADE SOCIAL DA NIGÉRIA	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

As diretrizes da Organização das Nações Unidas estão entrelaçadas a meios efetivos de conter o fenômeno do terrorismo em todo o cenário internacional. Levando em consideração as ações do grupo Boko Haram e enfatizando o silêncio da Comunidade Internacional, este estudo procura reunir fundamentos e respostas precisas, que resultem em uma proposta para a erradicação dos ataques terroristas na Nigéria e a restauração da paz nas comunidades afetadas.

Afirmemos claramente que qualquer acção que vise causar a morte ou provocar danos corporais graves a civis ou não combatentes, com o objectivo de intimidar uma população ou obrigar um Governo ou uma Organização internacional a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, é uma forma de terrorismo. Esta definição teria uma enorme força moral (ANNAN, 2004, p. 7).

O trabalho possui também, a pretensão de divulgar dados e informações para evidenciar formas alternativas no combate ao extremismo, reformulando o sistema organizacional de poder, no qual as Nações Unidas encontra-se desde o término da II Guerra Mundial, sem grandes e significativas alterações, distribuindo da melhor forma os recursos utilizados pela ONU no combate a essa situação e buscando uma mudança de comportamento em relação ao silêncio da Comunidade Internacional, como forma de consenso para a não realização de manobras e estratégias com a finalidade de erradicar o terrorismo e diminuir o número de vítimas causadas por esse tipo de violência.

Estipular estratégias é extremamente necessário para que mudanças sejam possíveis no sistema institucional da Organização das Nações Unidas, como forma de quebrar a hierarquia existente desde a sua fundação, fecundando a ideia de maior participação dos Estados-Membros a partir de uma voz mais ativa e propondo soluções capazes de difundir a paz nos ambientes em conflito. Mediante os poucos movimentos realizados pela comunidade internacional, é preciso alardear severamente o resultado das poucas vezes em que a voz desta mesma comunidade, foi levantada sem qualquer atitude de fato, sendo possível entender que, países situados nos últimos lugares na escala do desenvolvimento humano, não são dignos das intervenções dos atores externos.

Sendo bastante amplo o tema terrorismo ao redor do mundo e principalmente como discussão constante das principais reuniões e encontros mundiais no quesito segurança, e portanto, presente em muitas obras e autores que abordam o assunto pelo olhar dos Direitos Humanos, este estudo se baseia nos acontecimentos da Nigéria em relação ao grupo terrorista Boko Haram e na atuação da Organização das Nações Unidas diante dos fatos. No que tange aos conceitos de Direitos Humanos, Fábio Konder Comparato, em sua obra “A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos”, identifica de maneira ampla e conceitual, a criação e progressão das instituições jurídicas que possuem como objetivo, a defesa da dignidade humana contra qualquer tipo de violência, tornando os seres humanos merecedores do respeito mútuo, apesar das diferenças biológicas e culturais.

Faz-se necessário trabalhar com as três políticas de compromisso da Organização das Nações Unidas que envolvem o tema específico de Segurança Internacional, apresentadas por Clóvis Brigagão (2002), em seu artigo Prevenir, Manter e Construir a Paz: Novos Desafios à Segurança Internacional:

1. Manutenção da paz e da segurança;
2. Resolução de conflitos, pelos mecanismos da diplomacia preventiva, da prevenção de conflitos e da construção de medidas de confiança mútua na construção positiva da paz e;
3. Cooperação lato sensu internacional, todas elas inscritas na Carta Das Nações Unidas como princípios fundamentais da convivência pacífica internacional. Sabidamente, diplomacia preventiva dispõe a resolver disputas, conflitos e guerras antes de sua conflagração, enquanto o estabelecimento e a manutenção da paz significam suspender os conflitos e preservar a paz (uma vez alcançada), fortalecendo, assim, sua construção de forma mais permanente. Tais políticas internacionais constituem os objetivos maiores a serem cumpridos pela ONU, com o apoio dos Estados-membros e da comunidade internacional no sentido de contribuir para fortalecer o direito e as leis internacionais entre as nações. (BRIGAGÃO, 2002, p. 1).

A partir destas políticas, pode-se ponderar que a Organização das Nações Unidas, durante seus 70 anos, tem tido um papel fundamental na manutenção da paz e da segurança internacional, por meio do diálogo entre seus Estados membros e todos os organismos que também compõem o sistema internacional. Nesse sentido, conforme bem coloca Comparato em sua obra, citando as consequências de crimes contra a humanidade, percebe-se um certo temor por parte da comunidade internacional, em se fazer cumprir as diretrizes anteriormente estabelecidas, de modo que a própria ONU acaba por pecar e demonstrar fragilidade em não disseminar a luta contra o terrorismo.

Além disso, existe uma questão bastante específica em relação a ONU e aos Estados, vinculada a soberania dos mesmos. O elo entre as nações e os organismos internacionais, possui certas restrições voltadas aos interesses nacionais, isto é, os países possuem certa resistência em abrir um espaço de discussões mais amplo, com receio de que isso interfira diretamente na presença do próprio governo nacional como líder e ator independente do cenário internacional. Portanto a ONU, durante toda a sua história enfrentou questões de poder, no sentido de que apenas os países mais poderosos, em termos econômicos, políticos e militares, se tornassem detentores das vozes mais ativas nas discussões de importância global.

Apontando a especificidade do território nigeriano e ao grupo terrorista Boko Haram, torna-se fundamental definir de forma cronológica, os eventos prévios e toda a estrutura de ideais e objetivos, que resultou em suas origens. Sendo assim, destaca-se de maneira bastante importante, o conceito deste tipo de terrorismo, transformando os princípios religiosos em armas de guerra, com o intuito de coagir, e aqui é importante ressaltar e diferenciar que, todo tipo de imposição, ao mesmo tempo em que não é consensual, pode gerar conflitos e colocar em risco a harmonia entre as partes. Portanto, a explicação do surgimento do grupo Boko Haram e suas consequências para o território nigeriano, são importantes no sentido de identificar fontes do estudo geográfico, político e social, para a compreensão da violência terrorista como forma de influenciar e gerar certo desequilíbrio na Segurança Nacional, afetando políticas externas e tornando parte das discussões internacionais, todo o conceito de terrorismo. Sendo assim:

Boko Haram is an Islamist movement which operated in north-eastern Nigeria and came to prominence in 2009. It was a fringe group under the leadership of Mallam Mohammed Yusuf, a fiery scholar resident in Maiduguri, who had not fully committed to violence before 2009. Through subtle and open harassment, Boko Haram was goaded into an open confrontation with the Nigerian state and violently suppressed in July 2009. Thereafter, it went underground, rebuilt, and resurfaced in October 2010 with a remarkable prison break at Bauchi and has since changed its tactics to targeted assassinations, drive-by shootings, suicide bombings, and massive deployment of improvised explosive devices (IEDs), vehicle-borne IEDs, and, lately, kidnapping and hostage taking (MOHAMMED, 2014, p. 9).

Consequentemente, identificar de forma mais específica a Organização das Nações Unidas e os procedimentos que a mesma adota para erradicar e extinguir os conflitos existentes em todo o contexto internacional, como suas ações se tornam eficientes diante das

diferenças étnicas, religiosas e culturais existentes em todo o território nigeriano, é imprescindível.

A proposta desse estudo é buscar dentro das diretrizes da Organização das Nações Unidas, meios efetivos de conter o terrorismo na Nigéria, baseados nas ações do grupo Boko Haram e enfatizar o fato de que o silêncio da Comunidade Internacional, restringe as possibilidades que possam ser utilizadas para tal objetivo.

A escolha deste tema torna-se relevante para o cenário atual das Relações Internacionais, pelas discussões religiosas ao redor do mundo e pelo fato de que os meios de coerção contra o terrorismo, utilizados nos últimos anos, resultaram apenas em soluções de curto prazo. Além disso, busca quebrar os paradigmas de que a diversidade religiosa é considerada sempre um embate no convívio social entre pessoas que possuem diferentes culturas e ainda sim, são capazes de conviver em perfeita paz e harmonia. Este estudo procura reunir fundamentos e respostas precisas, que resultem em uma proposta chave à longo prazo, para o fim dos ataques terroristas e para a restauração da paz nas comunidades afetadas. Sendo assim, o interesse sobre esse projeto, parte da consideração de toda a problemática em torno da violência causada pelo terrorismo e de suas consequências para os povos vinculados a essa situação, fato esse crescente em todo o mundo e um dos principais pontos da atualidade nas pastas de Segurança Internacional e Direitos Humanos.

O conteúdo disposto neste estudo, destina-se ainda às pessoas interessadas na estrutura da Organização das Nações Unidas como instituição eficaz, juntamente à comunidade internacional, capaz de unir países e fazer com que todos ou a maioria entendam a importância das Relações Internacionais como forma de coibir qualquer ato de violência e regressão, seja ela no sentido econômico, político ou social. Utiliza-se ainda o método de pesquisa explicativa, baseando-se na análise das diretrizes institucionais da Organização das Nações Unidas em conformidade com os Estados-membros e consequentemente, na explicação dos motivos ocasionais de silêncio da comunidade internacional, perante os conflitos recorrentes na Nigéria, no sentido de analisar e explicar o que já ocorre no Estado nigeriano e identificar possíveis medidas para que esse conflito seja contido ou ao menos, amenizado.

A pesquisa bibliográfica sobre o tema, ocorreu por meio do universo acadêmico, através de livros, artigos científicos, normas constitucionais e mídias sociais de informação relevantes para o entendimento e análise do contexto em questão, com o intuito de esclarecer todas as perguntas levantadas pelos capítulos seguintes.

2 A ONU E OS PROCEDIMENTOS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A Organização das Nações Unidas foi fundada com o propósito principal de estabelecer um ideário de paz¹ e segurança entre as nações após os horrores nitidamente devastadores para grande parte dos Estados que, de forma direta ou indireta, estiveram presentes nas duas grandes guerras mundiais, aderindo como base, o conceito de boa vizinhança. Celebrando 70 anos de fundação no ano de 2015 e adotada por 193² países ao redor do mundo, não há dúvidas sobre a importância de sua atuação como principal organização das relações internacionais. Habilitada para conceder um espaço em que países marcados pelas diferenças culturais, econômicas, políticas e sociais, tenham suas vozes ouvidas pelas demais nações, a ONU é em geral, uma das ferramentas mais importantes no panorama global, no que se diz respeito a trazer de forma específica e eficaz, assuntos explicitamente importantes para que a ordem e o equilíbrio da paz e da segurança mundial, sejam mantidos em determinado grau de harmonia.

É evidente que o propósito da Organização ainda não se estabeleceu de forma completa. Seria utópico imaginar uma sociedade sem qualquer tipo de violência e que a paz fosse garantida a todo instante. Ainda sobre a palavra utopia, que é a designação de uma sociedade ideal, livre e fundamentada por leis justas, com a participação institucionalizada de políticas que garantem o bem estar social de forma coletiva e abrangente para todos (MORE, 2004), torna-se ainda mais difícil imaginar que uma instituição formada por centenas de países, com princípios, ideias, desejos e interesses muitas vezes contrários aos pensamentos dos demais Estados, pudesse estabelecer de fato, paz e segurança para todo o cenário internacional.

Nesse sentido, é necessário entender o contexto em que se percebeu ou então, julgou-se necessário que uma organização de âmbito político, desvinculada de interesses nacionais e

¹ Em 1992, [...] o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, publicou o documento “Uma Agenda Para a Paz”, no qual analisava o cenário internacional e os desafios para o alcance da paz que emergiram com o término da Guerra Fria. No documento, o ex-secretário-geral convidava as agências do sistema das Nações Unidas a contribuírem para a construção da paz. A resposta da UNESCO a esse convite foi um Programa de Ação chamado “Cultura da Paz”, que deveria ser implementado, inicialmente, no âmbito das Operações de Paz das Nações Unidas, e, com o tempo, conforme a autorização e a requisição dos países, mesmo aqueles que não estivessem em processos de reconstrução. A partir de então, o tema passou a ganhar espaço na UNESCO, e o conceito de cultura da paz começou a ser esboçado, transcendendo o escopo de atuação da própria UNESCO, chegando à Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclamou a década 2001-2010 como a “Década da Cultura da Paz”. (IZZO, Roberta. 2008, p. 12)

² Apesar de a ONU hoje contar com um total de 193 países, somente 51 nações foram responsáveis por fundar a Organização.

“totalmente independente”, pelo menos em sua retórica, fosse criada com o objetivo de administrar o cenário das relações internacionais. Para isso, é preciso traçar uma linha temporal com os principais acontecimentos do século XX e XXI, destacando figuras promissoras após o término da I Guerra Mundial e as instabilidades configuradas.

2.1 O USO DA DIPLOMACIA PREVENTIVA

É possível datar a tentativa de criação de um organização, no âmbito político, com a ambição de assegurar a paz mundial, no ano de 1918, no fim da primeira Grande Guerra e com o anúncio do então presidente americano, Woodrow Wilson, dirigindo-se ao Congresso Nacional, com o objetivo de entoar seus Quatorze Pontos³ para que a paz e o equilíbrio entre as nações pudessem ser reestabelecidos. Sua nona citação, descrita entre os pontos, projeta a seguinte ideia: Criar uma SDN⁴, oferecendo garantias mútuas de independência política e de integridade territorial, não só aos grandes como aos pequenos Estados. E assim, funda-se a Sociedade das nações (ou Liga das Nações) através de um Pacto na Conferência de Paz, incluído no Tratado de Paz de Versalhes, em 1919. Contudo, a SDN é entendida como uma extensão do Tratado de Paz, pois divide explicitamente de forma hierárquica, os vencidos e os derrotados da I Guerra Mundial, sendo a Alemanha aceita para fazer parte da mesma, apenas no ano de 1926, com 2/3 de aprovação.

A SDN, era constituída por países em sua maioria europeus e com excessos de regalias para os vencedores da guerra, como é o caso da criação de um Conselho interno, que concedia assento permanente aos mesmos. Porém, a não ratificação por parte do Congresso americano e a saída da Alemanha Nazista, da Itália Fascista e do Japão, colocaram em risco a existência da organização e durante os anos 20 e 30, percebeu-se a ineficiência e a falta de foco em relação ao objetivo principal que motivou toda a história de regulamentação das relações internacionais, por meio de uma organização independente e que não gerasse a divisão de vitoriosos e derrotados, mas que fosse capaz de estabelecer a paz e ainda, evitar que uma nova guerra ocorresse.

³ Os 14 pontos de Wilson foi um tratado apresentado pelo então presidente americano, Woodrow Wilson, com o objetivo de alcançar um acordo de paz entre as nações do mundo, principalmente vencedores e derrotados da I Guerra Mundial. No entanto, as punições para os países ligados a Aliança, pareciam pouco severas aos olhos da Entente. Sendo assim, recusa-se tal tratado, com a promessa de reformulá-lo e aumentar o número de punições aos países perdedores.

⁴ SDN é a sigla utilizada para se referir ao termo Sociedade das Nações.

Mesmo diante dos fracassos da criação da SDN, ao menos se estabelece diante de todo o contexto das relações internacionais, a importância de uma OI capaz de garantir o equilíbrio e a paz mundial. Nesse sentido, após o mundo vivenciar as mazelas de uma II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas é fundada em 1945, em São Francisco, estabelecendo os princípios de Segurança Internacional de forma dita Universal, não mais centralizados pela Europa, como ocorrera no período em que se sustentou a Sociedade das Nações. Portanto:

Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 5).

Neste momento, como forma de moldar a estrutura da ONU, torna-se importante pontuar rapidamente seus principais órgãos e funções⁵, como forma de mensurar o peso e a importância que cada um possui para que seja possível alcançar os propósitos de criação da mesma, após a II Guerra Mundial. O Artigo 7 da carta das Nações Unidas é responsável por institucionalizar a criação de sete órgãos principais que, em conjunto, são ferramentas primordiais para o auxílio das ações da ONU na conjuntura internacional.

1. Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado. 2. Serão estabelecidos, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados de necessidade. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 9).

⁵ Todas as informações sobre os órgãos da Organização das Nações Unidas e suas funções, podem ser encontradas com maiores detalhes na Carta das Nações Unidas de 1945, disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

A Assembleia Geral é constituída por todos os membros das Nações Unidas e é responsável por levantar discussões e questões de modo geral, que possuam vínculo ao que foi estabelecido pela CDNU⁶ e a qualquer um dos órgãos vinculados a Organização, além de possuir papel importante na recomendação de estratégias que contribuam para a harmonia do cenário internacional. Além disso, é responsável por grande parte da avaliação de contas e da distribuição dos recursos da ONU nos diversos campos de atuação da mesma, principalmente nas operações de paz.

O Conselho de Segurança da ONU é um dos órgãos principais da Organização, por ser responsável pela prática da manutenção da paz na conjuntura internacional. Suas funções são descritas pela Carta das Nações Unidas em diversos Artigos, estabelecendo o campo de atuação, as principais formas de resolução de conflitos e o impacto de seus Estados membros. Vale ressaltar que, todas as decisões tomadas por este Conselho e as ações designadas pelo mesmo devem ser praticadas por todos os membros ou parte deles, quando assim for decidido.

1. A ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança.
2. Essas decisões serão executas pelos membros das Nações Unidas diretamente e, por seu intermédio, nos organismos internacionais apropriados de que façam parte. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, pp. 29-30).

Este Conselho é composto por 15 membros das Nações Unidas, sendo Estados Unidos, França, Reino Unido, China e Rússia (antiga União Soviética), considerados membros permanentes e detentores do poder de veto. Os outros 10 membros restantes são eleitos pela Assembleia Geral de forma temporário, por um período de 02 anos. A eleição é anual e prevê a renovação de 50% dos membros não permanentes. É importante ressaltar neste ponto uma pequena análise e crítica sobre o conflito entre o princípio de igualdade designado pela Carta das Nações Unidas, presente no Artigo 2 e o poder de tomada de decisões por parte de cinco países, respectivamente vencedores da II Guerra Mundial.

A Organização e seus membros, para a realização dos propósitos mencionados no artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus membros [...]. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 6).

⁶ CDNU é a sigla utilizada para se referir ao termo Carta das Nações Unidas.

Dessa forma, julga-se tal princípio, de maneira interpretativa, sem qualquer validade no que se refere à conjuntura institucional do Conselho de Segurança. A igualdade está no equilíbrio de forças e na atuação de maneira igualitária e em posse de pesos semelhantes para todos os indivíduos encarregados de representação em determinada circunstância. Sendo assim, a Organização das Nações Unidas, peca em seu primeiro quesito de igualdade entre atores do cenário internacional e estipula que cinco Estados, sejam detentores do poder de decisão perante assuntos e pautas que deveriam considerar a voz e o voto de cada um dos membros de maneira igualitária e sem qualquer restrição.

O Conselho Econômico e Social é representado por 54 membros da ONU, eleitos pela Assembleia Geral e estabelece como centro de sua atuação, os aspectos econômicos, sociais, culturais e educacionais em âmbito internacional, promovendo recomendações para que estes mesmos temas, permaneçam em equilíbrio com aquilo que se prevê como sendo direito de todos, além de assumir o caráter de proteção dos Direitos Humanos.

O Conselho de Tutela é composto por membros das Nações Unidas que administram territórios tutelados, ou seja, territórios que ainda não possuem capacidade de administrar a si próprios, e ainda, por membros que não possuem tais territórios mas que, em números, devem estar representados no Conselho, pela mesma quantidade dos que administram territórios tutelados, resultando assim, na metade do mesmo. Suas ações devem zelar pelos territórios tutelados e analisar os casos submetidos pelas autoridades administrativas.

A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário das Nações Unidas e todos os membros da Organização, estão submetidos às decisões de tal, quando forem parte em qualquer que seja o caso. Estados que não são membros na ONU, podem fazer parte do Estatuto da Corte se assim desejarem.

Para finalizar a estruturação dos órgãos da ONU, se estabelece no Artigo 97 da Carta das Nações Unidas: o Secretariado, composto por um Secretário-Geral e por pessoas exigidas para os cargos dentro da Organização. Este órgão é totalmente independente e não possui relação direta com qualquer Estado, para que se proteja os interesses da Organização, dos interesses nacionais.

Levando em consideração, todas as informações levantadas por este capítulo até o momento, destaquemos o tema específico da Segurança Internacional e dos compromissos políticos da ONU junto ao cenário mundial. Sendo a Política Preventiva, peça chave para a compreensão de toda a atuação da ONU e objeto de estudo neste momento. Brigagão descreve

as três políticas utilizadas pela Organização para a prevenção de conflitos e a manutenção da paz:

1. manutenção da paz e da segurança; 2. resolução de conflitos, pelos mecanismos da diplomacia preventiva, da prevenção de conflitos e da construção de medidas de confiança mútua na construção positiva da paz e; 3. cooperação lato sensu internacional, todas elas inscritas na Carta das Nações Unidas como princípios fundamentais da convivência pacífica internacional. Sabidamente, diplomacia preventiva dispõe a resolver disputas, conflitos e guerras antes de sua conflagração, enquanto o estabelecimento e a manutenção da paz significam suspender os conflitos e preservar a paz (uma vez alcançada), fortalecendo, assim, sua construção de forma mais permanente. Tais políticas internacionais constituem os objetivos maiores a serem cumpridos pela ONU, com o apoio dos Estados-membros e da comunidade internacional no sentido de contribuir para fortalecer o direito e as leis internacionais entre as nações. (BRIGAGÃO, 2013, p. 1).

Torna-se então, parte dos objetivos da ONU e de seus órgãos, estabelecer estratégias que estejam englobadas em uma dessas três políticas. Sendo assim, mais uma vez, destaca-se entre as três, a forma como a Organização atua para a prevenção de conflitos. A Diplomacia Preventiva difere das ações preventivas, pois utiliza-se de dois conceitos importantes: A Diplomacia e a Prevenção. O primeiro, sendo ferramenta utilizada durante a história para a criação de alianças e tratados é um dos meios pacíficos para a resolução de controvérsias, sendo este sempre desejável, pois permite que duas ou mais partes estabeleçam suas vontades e cheguem a um acordo sem a necessidade de derramamento de sangue, consequência da luta armada, última ferramenta e de menor eficiência na resolução de conflitos.

Já a prevenção, aplicada no velho ditado “melhor prevenir do que remediar”, são as ações tomadas antes de que algo aconteça e, colocar tal conceito, nas circunstâncias previstas diante das relações dos Estados, para a ONU, é tomar ações antes que haja a necessidade de aplicação de meios coercitivos. Nada mais é, do que agir antes que exista a chance de surgir um conflito ou controvérsia. Por esse motivo, a Organização se preocupa tanto em estabelecer esta política sempre em termos práticos, para que de fato, a paz seja mantida. Mas, em um cenário onde a ONU depende de seus membros para dispor de um exército, tomando tempo, e ainda de recursos econômicos, quão forte é sua credibilidade para a resolução de conflitos entre duas ou mais nações que já estejam a beira do caos? Esta pode ser uma das perguntas primordiais para o entendimento dos cenários de guerra em que a Organização possa fazer uma tentativa de empregar a Diplomacia Preventiva e acabar falhando. Para mediar uma situação de controvérsia, é preciso ter dinamismo e autonomia.

Todo o processo de resolução do caso, segue um percurso sem delongas e abismos que possam prejudicar o decorrer das negociações. Para a ONU isso torna-se difícil, pois mais uma vez, todo o seu procedimento esbarra em seus recursos limitados e dependentes de aprovação de seus Estados membros.

Contudo, o processo de Diplomacia Preventiva é bastante significativo e uma ferramenta que auxilia efetivamente nos objetivos da Organização, no sentido de evitar que conflitos sejam iniciados, gerando como consequência o risco à economia, política e principalmente à população civil de cada Estado. O caso de Ruanda, é um exemplo de conflito que definitivamente, a Diplomacia Preventiva procura evitar. Sendo assim, podemos citar alguns fatores primordiais para que de fato, essa política seja colocada em prática no cenário internacional. A atuação de organismos internacionais, como a própria ONU no acompanhamento de instabilidades políticas regionais e a vontade de estabelecer um solução pacífica para tais conflitos, são dois dos principais aspectos, na utilização da Diplomacia Preventiva. O primeiro, porque é muito difícil estabelecer, se uma controvérsia irá de fato chegar ao estágio de guerra, sem antes mostrar sinais, ainda mais quando depara-se com conflitos regionais, onde o acompanhamento precisa ser muito mais focado e as ações muito mais eficazes. Acerca do segundo aspecto, não há como estabelecer o fim de um controvérsia, sem que as partes estejam interessadas, sendo todo o processo em vão, caso isso ocorra.

Sobre a fundamentação da Diplomacia Preventiva, o Conselho para a cooperação na Segurança do Pacífico da Ásia estabelece que:

- 1) It is about diplomacy. It relies upon diplomatic and peaceful methods such as persuasion, negotiation, enquiry, mediation, and conciliation.
- 2) It is voluntary. Preventive diplomacy practices are to be employed only at the request of the parties or with their consent.
- 3) It is non-coercive activity. Acts that require military action or the use of force, or other coercive practices, such as sanctions, are outside the scope of preventive diplomacy.
- 4) It requires trust and confidence. The facilitator or mediator in the dispute must be seen as trustworthy and as an impartial honest broker by all involved parties.
- 5) It rests upon international law. Any action should be in accordance with the basic principles of international law.
- 6) It is based on respect for sovereignty and non-interference in the internal affairs of a State. This includes the principles of sovereign equality and territorial integrity.
- 7) It requires timeliness. Action is to be preventive, rather than curative. Preventive Diplomacy methods are most effectively employed at an early stage of a dispute or crisis. (COSSA, 2012, p. 2).

Diante desta fundamentação e de todos os aspectos levantados sobre a Diplomacia Preventiva, é possível perceber a complexidade na resolução de conflitos, perante as peculiaridades de cada um. Por isso, para visualizar de melhor forma as ações da ONU, é possível categorizar as ações de Paz promovidas pela Organização, sem o uso da força, da seguinte forma: Peacemaking, Peacekeeping e Peacebuilding. Assim, será possível entender melhor, de que forma a Organização é capaz de agir, levando em consideração cada situação em que a mesma é acionada para intervir.

2.2 PEACEMAKING, PEACEKEEPING E PEACEBUILDING

Categorizar as Missões de Paz da ONU é relevante para se estabelecer as bases de atuação nas quais a Organização procura encaixar a si mesma, por meio dos conceitos de Diplomacia e Prevenção. Com isso, o Peacemaking, Peacekeeping e Peacebuilding estão entre essas categorias e serão conceituadas, de maneira que seja possível entender, os motivos e as bases da existência e da importância de cada uma delas para a mediação e resolução de conflitos.

As discussões perante as terminologias e conceitos são diversas quando as operações de paz⁷ são englobadas. Portanto, levando em consideração a ausência de informações norteadoras e padronizadas na CDNU e nos órgãos da Organização, a conceituação de tais categorias será dada com base no documento “Uma Agenda para a Paz⁸”, apresentado no ano de 1992 pelo Ex-Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali⁹, defendendo cinco importantes conceitos para promover a segurança internacional diante da atuação da Organização, sendo eles: A Diplomacia Preventiva, o Peacekeeping (manutenção da paz), peacemaking (promoção da paz), Peace Enforcement (imposição da paz) e Peacebuilding (construção da paz):

⁷ As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular e dinâmico, desenvolvido pela Organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura. A primeira operação de paz das Nações Unidas foi estabelecida em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. (UNIC RIO DE JANEIRO, 2004, s.n.).

⁸ BOUTROS-GHALI, Boutros. **Uma Agenda para a Paz**. 1992. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

⁹ Boutros Boutros-Ghali serviu como sexto Secretário Geral das Nações Unidas, entre 1992 e 1996, sendo o primeiro árabe a ocupar o cargo. Um dos seus legados para as relações internacionais e para o funcionamento da ONU está vinculado ao seu relatório de 1992, intitulado Uma Agenda para a Paz.

20. The terms preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping are integrally related and as used in this report are defined as follows:

Preventive diplomacy is action to prevent disputes from arising between parties, to prevent existing disputes from escalating into conflicts and to limit the spread of the latter when they occur.

Peacemaking is action to bring hostile parties to agreement, essentially through such peaceful means as those foreseen in Chapter VI of the Charter of the United Nations.

Peace-keeping is the deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. Peace-keeping is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace.

21. The present report in addition will address the critically related concept of post-conflict peace-building - action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict. Preventive diplomacy seeks to resolve disputes before violence breaks out; peacemaking and peace-keeping are required to halt conflicts and preserve peace once it is attained. If successful, they strengthen the opportunity for post-conflict peace-building, which can prevent the recurrence of violence among nations and peoples. (GHALI, 1992, s.n.).

O Peacemaking¹⁰ deve ser caracterizado como a primeira ferramenta das missões de Paz da ONU, levando em consideração que seu principal objetivo na decorrência de conflitos já existentes é reestabelecer a paz, de forma diplomática, sem qualquer tipo de intervenção militar ou armada, visando as negociações entre as partes envolvidas, para que de fato, as hostilidades sejam encerradas:

Peacemaking generally includes measures to address conflicts in progress and usually involves diplomatic action to bring hostile parties to a negotiated agreement. The United Nations Secretary-General, upon the request of the Security Council or the General Assembly or at his her own initiative, may exercise his or her “good offices” to facilitate the resolution of the conflict. Peacemakers may also be envoys, governments, groups of states, regional organizations or the United Nations. Peacemaking efforts may also be undertaken by unofficial and non-governmental groups, or by a prominent personality working independently. (UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS, 2008, p. 17)

O Peacekeeping¹¹ é o instrumento utilizado pela ONU para oferecer ajuda às nações no processo de manutenção de paz, propondo a criação de condições que promovam sua

¹⁰ A diferença entre diplomacia preventiva e peacemaking é basicamente de natureza temporal e reside no facto de a primeira se aplicar antes do conflito armado deflagrar, e a segunda depois. (BRANCO, Carlos. 2004, p. 106)

¹¹ A primeira operação de paz (UNEF I) baseada no conceito de Peacekeeping, ocorreu entre novembro de 1956 e junho de 1967, com o objetivo de cessar as hostilidades no território egípcio, incluindo a retirada das forças armadas da França, Israel e Reino Unido e em seguida, servir como

perpetuação. Sendo assim, pode ser classificado entre o processo de Peacemaking, quando as negociações diplomáticas por si só, não obtiveram sucesso na resolução de conflitos e o processo de Peacebuilding, caracterizado pelas ações executadas pós-conflito, visando o fortalecimento dos procedimentos de reconciliação.

Segundo a própria Organização das Nações Unidas, o Peacekeeping tem se provado como uma das ferramentas mais importantes e efetivas no auxílio para países com dificuldades em encontrar a paz, perante os conflitos existentes em seus territórios. Para Boutros Boutros-Ghali (1992, tradução nossa) “[...] O Peacekeeping pode ser corretamente designado como uma criação da ONU. Essa ferramenta trouxe um grau de estabilidade para diversas áreas de tensão ao redor do mundo.” Sendo assim, apesar de várias bases informativas, datarem o nascimento de tal ferramenta, antes mesmo do ano de fundação da própria ONU, ainda na Sociedade das Nações, suas características passaram a ganhar força e a predominar no cenário das relações internacionais, a partir das operações de paz coordenadas pela Organização.

Existem três princípios estabelecidos pela ONU nas operações de paz que envolvem o Peacekeeping. Em primeiro lugar, está o consentimento entre as partes. Nesse sentido, os Estados ou regiões em conflito, precisam necessariamente, estabelecer através de um processo político, que estão de acordo com as ações promovidas pela Organização, de forma livre e independente. Em alguns casos, pode-se notar certa resistência, pelo fato de existirem fatores externos, não necessariamente assistidos ou sob o controle das partes, como por exemplo, a presença de grupos armados e rebeldes em algumas regiões, dificultando o acesso e as ações estrategicamente pré-estabelecidas pela operação de paz.

O Segundo princípio é a imparcialidade.

Impartiality is crucial to maintaining the consent and cooperation of the main parties, but should not be confused with neutrality or inactivity. United Nations peacekeepers should be impartial in their dealings with the parties to the conflict, but not neutral in the execution of their mandate. (ONU, 2008, s.n.).

Dessa forma, se estabelece como primordial, a imparcialidade, sem a devida confusão entre o conceito de tal, com neutralidade e inatividade. Portanto, as operações de paz usando o Peacekeeping, devem manter suas ações concentradas no objetivo principal, de estratégias

voltadas para a manutenção da paz, sem qualquer tipo de regalia para uma parte ou outra e o mesmo deve ser respeitado entre as Nações ou regiões conflitantes. “Failure to do so may undermine the peacekeeping operation’s credibility and legitimacy, and may lead to a withdrawal of consent for its presence by one or more of the parties (ONU, 2008, s.n.)”

O terceiro e último princípio está vinculado a não utilização da força, exceto em casos de legítima defesa e em defesa do próprio mandato da operação de paz, ou seja, o conceito de mínima utilização de força.

UN peacekeeping operations are not an enforcement tool. However, they may use force at the tactical level, with the authorization of the Security Council, if acting in self-defence and defence of the mandate.

In certain volatile situations, the Security Council has given UN peacekeeping operations “robust” mandates authorizing them to “use all necessary means” to deter forceful attempts to disrupt the political process, protect civilians under imminent threat of physical attack, and/or assist the national authorities in maintaining law and order.

[...] A UN peacekeeping operation should only use force as a measure of last resort. It should always be calibrated in a precise, proportional and appropriate manner, within the principle of the minimum force necessary to achieve the desired effect, while sustaining consent for the mission and its mandate. The use of force by a UN peacekeeping operation always has political implications and can often give rise to unforeseen circumstances. (ONU, 2008, s.n.).

Ainda sobre a categorização das missões de paz da ONU, conceitua-se o Peacebuilding como sendo as ações estabelecidas após os conflitos violentos, levando em consideração as estratégias, o monitoramento e o revigoramento do processo de reconciliação entre os Estados em conflito. Ressalta-se ainda, a importância dos procedimentos de reconstrução das instituições, infra-estrutura e economia dos países envolvidos ou do Estado anfitrião. “Os Programas, Fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social, mas também pode haver a presença de militares.” (BIGATÃO, 2006, p. 4).

Nesse sentido, todas as atividades englobadas pelo processo de Peacebuilding, estão ligadas a um princípio em comum: impedir que novos conflitos ocorram nas regiões já pacificadas e fortalecer a capacidade de segurança dos próprios Estados. Entretanto o Departamento de operações de Peacekeeping, descreve o processo de Peacebuilding como complexo e de longo prazo:

Peacebuilding is a complex, long-term process of creating the necessary conditions for sustainable peace. It works by addressing the deep-rooted,

structural causes of violent conflict in a comprehensive manner. Peacebuilding measures address core issues that effect the functioning of society and the State, and seek to enhance the capacity of the State to effectively and legitimately carry out its core functions. (UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS, 2008, p. 18).

É importante destacar que, toda a atuação da ONU, ocorre diante de duas bases principais: a primeira, quando o Conselho de Segurança estabelece a necessidade da operação de paz, pois o mesmo, na qualidade de principal órgão da Organização e responsável pelos objetivos principais de sua fundação (Manutenção da Paz e Segurança Internacional), é o único detentor de poderes coercitivos e com a finalidade de aprovar tal mandato. (BIGATÃO, 2006). A segunda base está atrelada ao consentimento dos Estados em conflito no processo de aceitação de intervenção da ONU, levando em consideração qualquer uma das categorias de operação de paz. Sendo assim, caso um dos Estados envolvidos não aceite as ações da ONU, a mesma permanece impossibilitada de realizar qualquer um dos seus procedimentos, em respeito ao princípio da soberania.

A própria ONU difere os conceitos desses termos de forma bastante detalhada, para que as ações da organização não sejam equivocadas. Portanto:

There is no simple, clear cut definition of peacebuilding that sets it apart. Peacebuilding is rather the continuum of strategy, processes and activities aimed at sustaining peace over the long-term with a clear focus on reducing chances for the relapse into conflict. Therefore, there is considerable overlap of goals and activities along the spectrum from conflict to peace. It is useful to see peacebuilding as a broader policy framework that strengthens the synergy among the related efforts of conflict prevention, peacemaking, peacekeeping, recovery and development, as part of a collective and sustained effort to build lasting peace. (ONU, 2016, s.n.).

Com a compreensão das operações de paz da ONU e de seus conceitos, será possível avançar neste momento, para o próximo tópico, focando agora, em um dos principais objetos de estudo deste trabalho: A atuação da Organização das Nações Unidas perante a Nigéria. Nesse sentido, procura-se entender o histórico entre ambos, os processos de intervenção utilizados pela ONU e já conceituados anteriormente e ainda, os resultados e consequências de todo esse processo.

2.3 A AÇÃO DA ONU NA NIGÉRIA

Sabe-se do papel importante que a Organização das Nações Unidas desempenhou no processo de descolonização de territórios que até o século XX, em um período pós guerra, ainda eram centros de exploração das grandes potências, como por exemplo, os países do continente africano que, inevitavelmente, estavam submetidos ao poderio de Estados maiores, principalmente europeus, como a Grã Bretanha e a França. Sem sombra de dúvidas, a II Guerra mundial, foi grande incentivadora de todo o processo de descolonização, levando em consideração o desmoronamento do domínio europeu e as consequências da guerra para as próprias colônias, despertando entre os povos colonizados, um grande sentimento de luta pela liberdade e independência. Além disso, grandes atores do cenário internacional, como os Estados Unidos e a União Soviética, passavam a se posicionar contra o sistema colonial, mesmo que guiados por ideais e interesses diferentes, criando um caráter intimidador aos Estados europeus. Ainda sobre a influência da ONU, foi através do discurso de Autodeterminação dos Povos¹², presente na Carta das Nações Unidas de 1945, que a mesma condenou igualmente o colonialismo e ainda, consagrou sua credibilidade, fazendo com que muitas nações se tornassem membros posteriormente.

Apesar de a ONU declarar-se a favor dos povos colonizados na Ásia e na África e repudiar as ações das metrópoles, somente em Dezembro de 1960 é que surge a “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais¹³”:

1. A sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da promoção da paz e cooperação mundiais;
2. Todos os povos têm o direito à autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural;
3. A falta de preparação nos domínios político, social ou educativo não deve jamais servir de pretexto para atrasar a independência;
4. Todas as acções armadas ou medidas repressivas de qualquer tipo dirigidas contra povos dependentes deverão cessar a fim de permitir a estes

¹² Artº. 1 Os objetivos das Nações Unidas são:

[...] 2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 5).

¹³ **Declaração Sobre A Concessão De Independência Aos Países E Povos Coloniais**. 1960. Disponível em: < http://direitoshumanos.gddc.pt/3_21/IIIPAG3_21_1.htm>. Acesso em: 04 set. 2016.

últimos exercer pacífica e livremente o seu direito à completa independência, e será respeitada a integridade do seu território nacional;

5. Deverão ser tomadas medidas imediatas em todos os Territórios Sob Tutela e Territórios Não Autônomos ou em quaisquer outros territórios que não tenham ainda alcançado a independência, de forma a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas, em conformidade com a sua vontade e desejo expressos, e sem qualquer distinção quanto à raça, credo ou cor, a fim de lhes permitir gozar uma independência e liberdade completas;

6. Qualquer tentativa de destruir parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas;

7. Todos os Estados deverão observar fiel e estritamente a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a presente Declaração, numa base de igualdade, não ingerência nos assuntos internos dos demais Estados, e respeito pelos direitos soberanos de todos os povos e pela sua integridade territorial. (DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DE INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS, 1960, s.n.).

Todo o cenário internacional, passa a se modificar em relação ao processo de colonização e descolonização de territórios, uma vez que, a partir deste momento, entende-se tal processo, como uma violação à autodeterminação dos povos, a segurança territorial e principalmente, um afronta aos Direitos Humanos. Entretanto, fixa-se o questionamento: Será possível que, apenas com o fim da era de colônias, os países uma vez independentes, se tornariam capazes de estabelecer suas próprias divisões, baseadas nos conceitos culturais e geográficos, como anteriormente? A resposta é clara quando nos deparamos com a história já escrita, por um simples motivo: a divisão não foi estabelecida pelos povos descolonizados, mas sim, pelos países europeus que, ainda no século XIX, através da Conferência de Berlim¹⁴, dividiram diretamente todo o continente africano de forma direta e sem qualquer tipo de preocupação com os aspectos étnicos e culturais, gerando assim, as consequências observadas não somente no passado, mas estendidas até os dias de hoje, como por exemplo, as guerras civis, o surgimento de grupos rebeldes, as limitações estruturais e todos os problemas humanitários visivelmente existentes em diversos países do continente.

A perspectiva do Estado nigeriano será a referência para a construção dessa pesquisa. Sendo assim:

¹⁴ A Conferência de Berlim ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, com o objetivo de organizar através de regras, a divisão do território africano, de modo que as potências coloniais pudessem explorá-lo. O resultado foi uma divisão territorial sem qualquer preocupação com a história ou relação cultural já existentes entre os povos locais.

A Nigéria tornou-se um Estado independente dentro do Commonwealth em 1º de outubro de 1960, depois de mais de 100 anos de domínio britânico como protetorado. Lagos, o Território Capital, era até 1960 colônia britânica em virtude do Ato de Cessão de 1861. Em 1º de Outubro de 1963, a Nigéria tornou-se república dentro do Commonwealth britânico. (REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, 1966, p. 7)

Em 1960, a Nigéria torna-se parte das Nações Unidas, sendo o 99º Estado a entrar para a Organização. Desde então, se destaca entre os demais países africanos em sua atuação perante a própria Organização, sendo signatária, passando pelo processo final de ratificação, de diversos tratados internacionais, vinculados principalmente às questões dos Direitos Humanos. Até mesmo sua própria constituição, toma como base a defesa dos direitos básicos para seu povo, na qualidade de fazer garantir a lei. “A constituição contém disposições específicas que garantem os Direitos Humanos básicos, tais como a igualdade perante a lei, liberdade de expressão, de reunião e de culto, bem como o respeito à propriedade individual.” (REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, 1966, p. 7).

Entretanto, o histórico nigeriano e mais recentemente, o foco midiático em alguns dos países africanos, em resposta aos crescentes atentados terroristas ao redor do mundo, fizeram com que as Organizações Internacionais, principalmente a ONU, e os demais atores globais, voltassem seus olhos, ao menos por um momento, à situação contrastante de violência existente em tais países. O que os organismos internacionais têm feito realmente em prol à segurança dos povos africanos e em específico, aos atentados dos direitos humanos na Nigéria? É possível culpar o próprio governo pela ineficiência de suas ações, na qualidade de proteger sua própria nação? Ou existem fatores no cenário internacional que possam ser levados em consideração, quando a questão é o que pode ser feito para que as ações da ONU sejam eficientes?

A primeira observação é em relação aos atores do cenário internacional e mais especificamente, os que detém, ou detiveram poder dentro da própria ONU. Seguindo o pensamento de Hernane de Sá, perante os constantes desentendimentos entre Estados Unidos e União Soviética durante o período da Guerra Fria, se diz o seguinte:

Há os que pensam que a ONU tornou-se impotente neste terreno. Pelo contrário: o futuro mostrará que o organismo mundial será chamado a intervir em muitas outras operações de manutenção de paz, e a desempenhar uma função vitalmente necessária. Mas o fará sob três injunções inflexíveis.

Em primeiro lugar, a decisão caberá às grandes potências e aos cento e tantos países restantes terão simplesmente terão um papel periférico de persuasão e pressão branda. [...]

Em segundo lugar, nenhum país será debitado por uma operação de paz que não aprobe. Nem ao menos precisará dizer que não pagará. [...]

Em terceiro lugar a Assembleia Geral nunca mais será levada tão a sério quanto costumava sê-lo. [...] E o Conselho de Segurança novamente agirá por conta própria. Este foi um epílogo lógico, já que o único poder real que a ONU possui reside no conselho de Segurança. (SÁ, 1967, pp. 42-43).

Portanto, é preciso levar em consideração as reais intenções das potências mundiais nos territórios africanos, neste caso e objeto de estudo, o Estado nigeriano. Torna-se interessante para tais países se solidarizarem de forma mais incisiva para garantir a segurança territorial e humanitária destas regiões? Enquanto os porta-vozes da ONU condenam todas as mazelas existentes na nação nigeriana e nos diversos países africanos, 219 meninas sequestradas em 2014¹⁵, pelo grupo terrorista Boko Haram ainda continuam desaparecidas, enquanto a mobilização nacional e internacional perante os ataques em Paris, permitiu a prisão de vários suspeitos e até mesmo a ocorrência da morte dos possíveis mandantes do crime¹⁶.

O próximo capítulo, trará em maiores detalhes as causas da instabilidade na Nigéria e o fator terrorismo, possibilitando a compreensão em maior escala de todo o contexto gerador de tais crises e suas consequências.

¹⁵ Notícia disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160414_nigeria_meninas_tg Acesso em: 04 set. 2016.

¹⁶ Notícia disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151116_belga_suspeito_paris_mb_rm Acesso em: 04 set. 2016.

3 A INSTABILIDADE NA NIGÉRIA E O TERRORISMO

Hoje, a população da Nigéria é de aproximadamente 184 milhões¹⁷ de pessoas, ocupando o papel de país mais populoso de todo o continente africano e um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Apesar da existência e contínua permanência de situações problemáticas, que perdurem por décadas em seu território, entre essas o terrorismo, o Estado nigeriano caminha para o avanço da institucionalização da democracia e ainda, é um dos países de maior predominância e relevância para o desenvolvimento africano em seu ciclo atual.

3.1 A INDEPENDÊNCIA E A BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL COMUM

A independência nigeriana englobou um processo de colonização anterior, que administrativamente, elaborou uma tentativa de unir os povos antes divididos por suas diferenças étnicas e culturais. Como consequência, a identidade comum nacional não é, de fato, historicamente estabelecida pelo próprio povo nigeriano, mas sim por estratégias falhas e uma série de vontades e valores britânicos sobre a Nigéria. Sua independência ocorreu em 1960, com a chegada ao poder, do Congresso do povo do Norte em acordo com o Conselho Nacional de Cidadãos Nigerianos. Porém, somente em 1963, a influência britânica foi rompida definitivamente e o Estado nigeriano, proclamou-se como república.

Antes da colonização, tanto os Yorubas quanto os Igbos eram povos com tradições mercantis fortes, e sistemas democráticos de governo. Mas os Yorubas já possuíam uma tradição urbana, vivendo em cidades muradas com ruas amplas. Os Igbos habitavam comunidades mais primitivas, mas é relevante que também possuíam governo democrático e uma sociedade com mobilidade vertical. Os Hausa-Fulani, por outro lado, constituíam grupo bastante diverso, mas em geral com a característica de as comunidades serem controladas por emires, tendo certo grau de centralização e falta de mobilidade social. A presença europeia esteve circunscrita ao litoral, mas no final do século XIX os ingleses dominaram todo o país. Em 1914, a Inglaterra unificou administrativamente estes povos, com interesse de aproveitar as riquezas naturais da região, principalmente estanho. O modelo britânico de administração indireta exigia um intermediário, e os emires Hausa-Fulani foram usados com este fim, dando-lhes preponderância política sobre toda a região administrativa da Nigéria. (VISENTINI, 2011, p. 5).

¹⁷ Dados disponíveis em: <<http://countrymeters.info/pt/Nigeria>> Acesso em: 02 out. 2016.

Associando estes acontecimentos ao levantamento histórico nigeriano, é importante ressaltar o processo de independência como um todo. Portanto, a Nigéria torna-se colônia britânica no ano de 1914 e em resposta ao grande movimento nacional, caracterizando o crescimento do nacionalismo de sua população após a II Guerra Mundial, o governo britânico estabelece um processo de mudança, no qual a atual colônia conquistaria sua independência em 1960, com direito a um governo próprio e com base federal. Sabe-se que o processo de descolonização em qualquer território é caracterizado por grandes revoltas populares e até mesmo dos governos já estabelecidos. E levando em consideração este fato, o processo de independência e democratização, pode ser ainda mais sangrento e difícil, quando suas divisões étnicas já não foram respeitadas anteriormente. Sendo assim, historicamente, durante os seus 50 anos de independência, a Nigéria permaneceu vulnerável nos mais diversos aspectos, entre eles o político, sendo palco de diversos golpes contra o governo, a ocorrência da chegada dos militares ao poder, a existência de uma guerra civil¹⁸ durante os anos de 1967 e 1970 e por fim, a volta das eleições democráticas, somente no ano de 1999.

O ex-presidente militar, Olusegun Obasanjo, libertado da cadeia por Abubakar, concorre pelo Peoples Democratic Party (PDP), Partido Democrático Popular, e vence, tornando-se presidente no início da IV República. Obasanjo deu ênfase, em seu governo, a acabar com a violência étnica no país, buscando organizar conferências de paz entre facções. Além disso, a postura de cooperação intra-africana da política externa da Nigéria se evidenciou com o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD), com os presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki, e da Argélia, Abdelaziz Bouteflika. (VISENTINI, 2011, p. 9).

Mesmo com um discurso mais aberto à manutenção da democracia em território nigeriano, o então presidente Olusegun Obasanjo, reeleito em 2013, foi acusado por fraude nessas mesmas eleições, pela oposição. Sendo assim, o histórico vulnerável da Nigéria, faz com que a mesma ainda tenha dificuldades em traçar uma identidade nacional comum, entre seus mais de 250 grupos étnicos e suas diferenças culturais.

Em 2003, Obasanjo foi reeleito, num processo eleitoral polêmico, que a oposição classificou como fraudulento. Durante a campanha para as eleições locais, em 2004, houve incidentes violentos e assassinatos políticos, com estado de emergência sendo declarado em alguns estados. (VISENTINI, 2011, p. 10).

¹⁸ FREITAS, João Felipe Assis de. Guerra De Biafra: As Imagens De Uma Tragédia Refletidas No Espelho Social. 2012. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiliafro/wp-content/uploads/2014/03/artigo_SILIAFRO_33.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

Diante das singularidades encontradas em território nigeriano, é preciso mapear e instaurar um conceito sobre identidade nacional. Benedict Anderson (1985) conceitua nação da seguinte maneira:

Os teóricos do nacionalismo têm, muitas vezes, ficado perplexos, para não dizer irritados, com estes três paradoxos: 1. A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador vs. sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. 2. A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural — no mundo moderno, todo mundo pode e deve "ter", e "terá" uma nacionalidade, tanto quanto terá um sexo — vs. a particularidade irremediável de suas manifestações concretas, tal que, por definição, a nacionalidade "grega" é *sui generis*. 3. O poder "político" dos nacionalismos vs. sua pobreza, e até mesmo incoerência, filosófica. [...] Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. (ANDERSON, 1985, pp. 13-14).

Toda e qualquer ideia sobre nação e nacionalismo passa a ser levantada no continente europeu a partir do século XVII para caracterizar a identidade de cada povo. Segundo Eric Hobsbawm, entre 1830 e 1880, três critérios principais, permitiam a classificação de nação para tais povos:

1. O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável;
2. O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito;
3. O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. (HOBSBAWM, 1998, p. 49).

Portanto, para que uma nação de fato fosse constituída, uma língua e uma cultura comuns, além de certo poderio militar, eram necessários. E assim, por exemplo, foram estabelecidas as identidades nacionais de toda a Europa. Sendo assim:

A construção de uma identidade nacional passa, assim, por uma série de mediações que permitem a invenção do que é comumente chamado de "alma nacional", ou seja, parâmetros simbólicos que funcionam como "provas" da existência desse Estado, e que determinam sua originalidade: uma língua comum, uma história cujas raízes sejam as mais longínquas possíveis, um panteão de heróis que encarnem as virtudes nacionais, um folclore, uma natureza particular, uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares. Os

integrantes de cada comunidade são convidados a neles se reconhecer e a eles aderir. (FIGUEIREDO; NORONHA, 2005, pp. 3-4).

Como forma de inserir este pensamento de Hobsbawm ao contexto nigeriano, é possível identificar a falta de uma identidade comum, por meio destas características. A Nigéria, desde sua independência, mesmo institucionalizando o inglês como língua oficial e portanto, tornando-a comum ao Estado, estima que existam mais de 500 línguas diferentes em todo o território, tornando evidente, a discussão sobre as dificuldades e os fatores que impedem o estabelecimento de uma identidade nigeriana única. Em contrapartida, o desenvolvimento democrático das últimas décadas, objetivando representar no governo toda a diversidade étnica existente no país, demonstra o interesse governamental em estabelecer uma ligação cada vez mais próxima com o panorama atual de caracterização territorial e cultural.

Ainda sobre a importância do idioma para a criação de um laço social e da identidade nacional, a constituição de uma nação, enquanto elemento político, “será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social.” (HAUGEN, 2000, p. 105).

Por isso, podemos dizer que a “unificação” do idioma (isto é, a seleção de uma determinada norma em detrimento das outras) e sua imposição têm dois objetivos: o primeiro é criar a imagem de um país uniforme nos diversos aspectos constituintes de uma nação, o que dissimula ou encobre, por conseguinte, as diferenças e as tensões sociais, culturais, linguísticas e étnicas constitutivas de qualquer sociedade. O segundo objetivo dessa “unificação” está ligada ao conceito de nacionalidade que constrói os limites entre os grupos estrangeiros e a sociedade supostamente detentora dessa nacionalidade homogênea e uniforme em seus aspectos sociais, culturais e linguísticos (OLIVEIRA, 2000, p. 91-150 citado por BUENO, 2013, p. 38).

A construção de uma identidade linguística comum está diretamente ligada ao estabelecimento de uma imagem nacional uniforme e que é capaz de garantir uma aparência de ordem e por consequência, estabilizada.

Ao discutir cultura e nacionalidade comum, é preciso partir da ideia de que a colonização foi um sistema de exploração econômico e de dominação política, sujeitando toda a cultura regional e nacional a um processo de descaminho, no sentido de fazer com que os povos colonizados perdessem a sua já existente identidade e passassem a aprender e interagir com a identidade do próprio colonizador. Portanto, é preciso reestabelecer tais culturas que foram extintas ou reduzidas durante o ciclo colonial, para que sua identidade seja construída, levando em consideração apenas as características culturais comuns da Nigéria.

Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas na conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial w unificando diversas culturas dentro de um único território colonial. Nessas operações de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atizando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de dividir para dominar. (MUNANGA, 1996, p. 297).

É evidente que, todo esse processo não é fácil. Levando em conta a diversidade existente em território nigeriano, esse ciclo demanda ainda mais tempo. Portanto, o estabelecimento de uma pluralidade na base governamental, torna-se crucial para que o percurso deste país ao encontro de sua identidade comum seja facilitado. Inevitavelmente, muitas das buscas pelo poder, encabeçadas por minorias étnicas e conseqüentemente, transformadas em conflitos, são reflexos de um sistema estatal unilateral, visando beneficiar certa parcela daquele país. Em uma nação, configurada por essas diferenças, o que não pode existir ou dever ser evitado, é exatamente essa unilateralidade, para que os objetivos sejam os mesmos e essa identidade comum seja estabelecida, independentemente das diferenças culturais.

A preocupação com a construção de uma identidade africana, seja estatal ou continental, emerge junto com as lutas de independência. É neste momento de definição da ameaça e de busca de unidade contra um inimigo comum que a identidade começa a ser objeto de discussão. Por algum tempo as etnias conseguiram colocar suas rivalidades de lado para se concentrarem na tarefa de livrar o território dos estrangeiros colonizadores. (PINTO, 2007, p. 222).

A percepção de um objetivo comum, torna mais fácil a concretização de uma identidade nacional comum, não apenas em território nigeriano, mas levando em consideração todo o continente africano que acabou por protagonizar um histórico de conseqüências deixadas por seu colonizadores. Dessa forma, é possível mensurar a importância e o impacto que fatores externos podem causar na construção de uma nação, ainda mais em uma era em que o processo de globalização permite que a interação entre esses fatores e o próprio país, seja mais rápida e eficiente. Assim, os próprios atores externos que, direta ou indiretamente, possuem influência no decorrer das discussões nacionais nigerianas, classificam-se como um desses fatores, sendo este, assunto de total relevância no próximo ponto, em relação a compreensão dos próprios conflitos e falta de senso comum para a resolução dos mesmos.

3.2 A ATUAÇÃO DOS ATORES EXTERNOS

Para que seja possível entender a importância dos atores externos no processo de independência e desenvolvimento do Estado nigeriano e qual a força do impacto causado pelas ações de cada um desses protagonistas no cenário internacional, alinhados a atuação precoce da Grã-Bretanha como colonizador e primeiro grande Estado a trabalhar diretamente em seu território, é preciso especificar a importância da Nigéria, em seus principais aspectos de interesses, sejam eles econômicos, políticos e sociais, para que todas as consequências dessas ingerências fiquem claras e também como essas manobras afetam a dinâmica interna e as políticas exteriores do governo nigeriano.

Ao conquistar sua independência, a expectativa do povo nigeriano estava vinculada a imagem de que o país se tornaria o grande centro das relações internacionais do continente africano, primeiramente pelo tamanho de sua população, estimada como a maior de todo o continente e detentor de um potencial econômico¹⁹ bastante significativo. Entretanto, isso não ocorreu pela fragilidade encontrada em toda a Nigéria.

Regionalismos e questões étnicas (ambos com fundos essencialmente políticos) ainda eram empecilhos à formação de uma identidade nacional comum, e o país, apesar da independência política, ainda estava longe de ser independente economicamente. A exportação de produtos agrícolas ainda era a principal fonte de riquezas do país, e as empresas estrangeiras ainda controlavam a exportação. Ademais, havia poucas indústrias, e estas, em sua grande maioria, eram propriedade de companhias europeias. (OLIVEIRA, 2012, p. 36).

Todo o processo de desenvolvimento político da Nigéria, foi conceituado em estabelecer um caminho que envolvesse o menor número de conflitos entre os diferentes grupos étnicos agrupados por meio da dinâmica de colonização estabelecida pela própria Grã-Bretanha e que fosse capaz de levar o país a uma identidade comum e conseqüentemente, estar apto a se relacionar com os demais atores do panorama internacional, levando em consideração não mais a sua fragilidade, mas seu potencial diante dos demais grupos do continente africano. Porém, o que se percebeu durante os anos após a independência da Nigéria, foi absolutamente contrário a esta ideia. Por sua própria diversidade étnica, o estabelecimento de uma democracia forte e sustentável foi manchada por diversas tentativas de golpe, mencionadas no capítulo anterior e que conseqüentemente, fizeram com que o país

¹⁹ Economia favorecida pela descoberta do petróleo em quantidades comercializáveis no Delta do Níger em 1958. (OLIVEIRA, 2012, s.n.).

permanecesse em um estado de caos e mazela, diante do próprio cenário internacional, fazendo com que os demais atores ainda vislumbrassem o território nigeriano e suas riquezas, como fonte de recursos mais baratos e um mercado totalmente fragilizado.

Na década de 1980, Ibrahim Gambari, até então ministro das Relações Exteriores, reestruturou a agenda da política externa do Estado, no sentido de estabilizar a força política e econômica nigeriana, como resposta a diminuição do preço do petróleo na região e ao enfraquecimento da atuação da Nigéria no cenário internacional, buscando a efetivação de políticas funcionais que demandassem menos recursos e assim, se tornassem mais assertivas.

De acordo com essa nova orientação, o círculo mais interno seria aquele referente à segurança, independência e prosperidade da Nigéria, que estaria diretamente ligado aos seus vizinhos imediatos (Chade, Camarões, Níger e Benim). O segundo círculo seria aquele referente às relações da Nigéria com os demais países da região, que são membros da ECOWAS²⁰ (Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal, Serra Leoa e Togo), sendo representado pela atuação do país junto à comunidade. O terceiro círculo seria aquele referente às questões continentais (como manutenção da paz, cooperação e desenvolvimento), focado, primordialmente, na Organização da Unidade Africana (atual União Africana) e em outras organizações essencialmente africanas. Por fim, o quarto círculo concêntrico seria aquele que englobaria as relações da Nigéria com organizações, instituições e Estados não-africanos. (OLIVEIRA, 2012, p. 71).

Para esta etapa do processo de estudo das relações nigerianas com os demais atores do cenário internacional, destaca-se por virtude os atuais acontecimentos e ainda, como objeto de estudo deste trabalho, as relações fundamentadas no contexto da segurança mundial, voltadas para a compreensão do terrorismo como uma das principais fontes de desordem política na esfera nacional e internacional.

Dessa forma, levando em consideração o quarto círculo concêntrico, que diz respeito a atuação de países fora do contexto africano em território nigeriano e ainda, incluindo instituições e organizações, a década de 1990, marcada por um governo voltado a militarização do poder, foi assinalado pela ausência dos auxílios norte-americanos e da própria ONU, no que diz respeito aos esforços de manutenção de paz.

Durante a década de 1990, os EUA, que com o fim da Guerra Fria haviam realizado uma inflexão em sua política para a África, passando de uma

²⁰ É a organização denominada Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental com o objetivo de integração regional, englobando hoje, 15 países da África Ocidental e estabelecida em 1975 pelo tratado de Lagos.

preocupação securitária para uma maior preocupação com a chamada “assistência ao desenvolvimento”, seguiu dando pouca atenção aos anseios nigerianos por investimento, sobretudo devido ao caráter do governo do General Sani Abacha, limitando a assistência dada ao país e direcionando-a exclusivamente para grupos e organizações pró-democracia na Nigéria. Nesse sentido, a Nigéria, que ocupou um assento no Conselho de Segurança da ONU entre 1994 e 1995, teve um apoio apenas limitado dos EUA e da própria ONU nos esforços de manutenção da paz realizados no período através da ECOWAS. (OLIVEIRA, 2012, p. 87).

Somente quando Olusegun Obasanjo volta a presidência por meio de eleições, os EUA retoma como maior precisão sua estrutura de suporte à Nigéria, principalmente nas áreas de venda de armas e treinamento militar. Portanto, segundo Gwendolyn Mikell, as relações entre EUA e Nigéria, a partir dos anos 2000, foram estabelecidas levando em consideração aspectos diferentes daqueles que antes eram vistos como prioridade, como a erradicação da pobreza e a ajuda humanitária.

Não era mais aceitável para os americanos pensar em assistência externa simplesmente em termos de ajuda humanitária ou redução da pobreza quando as condições em países como a Nigéria poderiam ter um impacto dramático sobre a dependência energética americana; o acesso a mercados de bens americanos; as iniciativas antiterroristas; as ameaças à saúde pelos movimentos globais; e a habilidade de ajudar a prevenir ameaças como a crise em Darfur de espalhar insegurança regional (MIKELL, 2008, p. 304, tradução nossa).

A década de 1990 não foi marcada apenas pelo distanciamento dos EUA e da ONU em relação a Nigéria, mas também, de países importantes para a situação econômica do próprio país, como o Reino Unido, que por sua vez, visualizando o modelo de governo ditatorial estabelecido na nação nigeriana, verificou a necessidade de suspender qualquer tipo de ajuda a Nigéria, junto a União Europeia, que durou um período de cinco anos. Após esse tempo, a volta do presidente Olusegun Obasanjo, não reestabeleceu apenas as relações do Estado norte-americano com a nação nigeriana, mas também, foi grande incentivador para gerar a estabilidade das relações com o governo britânico.

É possível identificar a fragilidade da Nigéria, durante todo o seu processo histórico, desde o estabelecimento e manutenção de governos até assuntos como a segurança territorial e aspectos econômicos. Isso tem colaborado para a intervenção dos atores externos, no sentido de auxiliar as deficiências compreendidas em todo o sistema governamental nigeriano. E, apesar da estabilidade democrática nos últimos anos estar em evidência, vários aspectos têm sido levados em consideração, para que os protagonistas de toda a dinâmica global, estejam

presentes no contexto nacional, principalmente quando o assunto é segurança, tornando essa questão cada vez mais evidente, na conceituação dos países de fragilidade maior.

From Haiti in the Western Hemisphere to the remnants of Yugoslavia in Europe, from Somalia, Sudan, and Liberia in Africa to Cambodia in Southeast Asia, a disturbing new phenomenon is emerging: the failed nation-state, utterly incapable of sustaining itself as a member of the international community. (HELMAN; RATNER, 1993, s.n.).

Portanto, um país considerado instável, está inapto para participar da comunidade internacional, no sentido de não possuir credibilidade e força política para assumir qualquer tipo de relação com outros Estados. Sendo assim, a interferência de agentes externos, tendem a gerar consequências devastadoras para o seu próprio desenvolvimento, pois em grande parte dos casos, essa instabilidade é acompanhada de benefícios para apenas uma das partes e claramente, este anseio, é carregado pelas potências que procuram usufruir de tal fragilidade. Um exemplo, é o caso em que os EUA não estabeleceram sanções contra a Nigéria, no período em que o país esteve sob domínio militar, assim como toda a Europa fez, pois ambos ainda possuíam uma ligação, em relação a produção de petróleo e certamente, com as sanções, perderia quaisquer que fossem suas vantagens em relação a este aspecto.

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

É possível identificar a importância de um interesse central, por parte dos Estados, no sentido de gerar poder e configurar tal ciclo, como parte da atuação e dos objetivos dos atores internacionais, dentro da dinâmica global, sendo esta questão, fonte importante para configurar tais atores como aptos em toda atmosfera das relações internacionais.

Em relação ao Estado nigeriano, a falta de estabilidade política é perceptível como motivação de outros aspectos, como a violência e a corrupção²¹, que alimentam a insegurança e o caos em todo o panorama nacional, impossibilitando o próprio país de estabelecer relações pertinentes e que gerem um desenvolvimento contínuo para toda a sociedade. Por hora, é possível observar apenas a movimentação dos atores externos, nas questões humanitárias e assistencialistas, que não é eficiente a ponto de sanar o problema ou ao menos fomentar uma discussão em relação a sua extinção. Isso está evidente pela própria dinâmica da mídia internacional²², que segrega e seleciona as informações, fazendo com que o descaso e a falta de conhecimento continuem a prejudicar a desenvoltura dos países emergentes e subdesenvolvidos, mais especificamente a Nigéria e os casos de terrorismo existentes no país.

Diante de todo este processo, a questão levantada está relacionada e vinculada a maneira como os países do Ocidente, têm sempre procurado intervir nas questões e territórios orientais. Apesar de a Nigéria ser considerada parte dos países que formam a África Ocidental, grande parte de sua cultura, é formada por aspectos trazidos do Oriente, entre eles, a religião.

A relação entre árabes e africanos datam de muitos séculos. Mas, é com o advento do Islamismo, que de fato os árabes começaram a se estabelecer no continente africano, um processo iniciado, a partir de 639 d.C. Os árabes chegam ao Egito e inicia a sua obra de “conversão”. Entre avanços e recuos, num confronto por vezes violento com a religião tradicional, o Islã vai se impondo, e intercambiando com essa religião aspectos fundamentais. (LIMA, 2007, s.n.).

A primeira expansão centrífuga arábico-islâmica, do início do século VII até meados do século VIII, implantou o domínio muçulmano no Norte da África, na Ibéria, no Oriente Médio, na Pérsia e na Índia Setentrional. Durante cerca de dois séculos, as linhas divisórias entre o Islamismo e o Cristianismo ficaram estabilizadas. (HUNTINGTON, 1996, p. 262).

²¹ Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150327_nigeria_eleicao_analise_fn>. Acesso em: 25 out. 2016.

²² É possível identificar a seleção midiática, através das notícias que conectam as potências mundiais aos países subdesenvolvidos. Isso pode ser exemplificado pela catástrofe ocorrida no Haiti, em 04 de outubro de 2016, com a passagem do furacão Matthew, já que pouco foi divulgado a respeito da tragédia, enquanto a mídia internacional repercutiu muito mais a passagem do furacão nos EUA e o fechamento dos parques da Disney por esse mesmo motivo. Notícia disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37593425>>. Acesso em: 25 out. 2016. Notícia disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37583983>>. Acesso em: 25 out. 2016. <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37593425>>. Acesso em: 25 out. 2016. Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/parques-tematicos-da-disney-vaio-fechar-devido-ao-furacao-matthew.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

Essa questão é uma das grandes percursoras quando o assunto está relacionado aos atores externos, protagonistas no processo histórico nigeriano. Além disso, é evidente que os conflitos religiosos, vinculados a instauração da cultura ocidental, são o principal fator para o surgimento dos movimentos terroristas, de forma particular, na Nigéria. Esse choque entre as religiões e conseqüentemente o surgimento de movimentos que possuam como objetivo a erradicação dos ensinamentos ocidentais perante a cultura oriental, é explicitado por Huntington como imoral e portanto, sem qualquer justificativa plausível para sua aplicabilidade.

A crença de que os povos não-ocidentais deveriam adotar os valores, as instituições e a cultura ocidentais é imoral devido ao que seria necessário fazer para que isso pudesse acontecer. O alcance quase universal do poderio europeu no final do século XIX e o predomínio global dos Estados Unidos no final do século XX espalharam muito da civilização ocidental pelo mundo afora. [...] As sociedades não-ocidentais só poderiam ser uma vez mais moldadas pela cultura ocidental como resultado da expansão, do desdobramento e do impacto do poderio ocidental. (HUNTINGTON, 1996, p. 395).

Ainda vislumbrando este ponto, torna-se evidente o modo como a cultura ocidental foi capaz de interferir no processo de desenvolvimento cultural da Nigéria e como isso elevou os conflitos religiosos para um dos principais temas do século XXI no cenário internacional. Nesse sentido, o próximo capítulo será responsável pelo processo de compreensão da crise entre o cristianismo e o islamismo em território nigeriano, suas conseqüências para o surgimento e a força dos movimentos terroristas e a incapacidade do Estado de gerenciar todo este desequilíbrio.

3.3 A CRISE ÉTNICA/RELIGIOSA: CRISTÃOS X MUÇULMANOS E A INCAPACIDADE DO ESTADO

Ao estudar o impacto e as conseqüências geradas pelos atores externos de maneira mais aprofundada anteriormente, se tornou possível visualizar que muitos dos aspectos de fragilidade que compõem o Estado da Nigéria, foram construídos no decorrer da história por nações consideradas grandes potências e que buscavam – e ainda buscam – suprir seus interesses nacionais. Dessa forma, a discussão entre o Ocidente e Oriente ganha força, no sentido de despontar uma crise que traça uma linha, desde os aspectos coloniais até as

discussões de maior relevância no século XXI, como as crises étnicas, religiosas e por fim, o terrorismo como assunto central dos debates internacionais.

Historicamente, segundos estudiosos, os atos e ataques terroristas, apesar de surgirem como preocupação no âmbito internacional a partir dos atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos²³, são conhecidos desde o século I d. C.

[...] um grupo de judeus radicais, chamados de sicários (Homens de punhal), atacava cidadãos judeus e não judeus que eram considerados a favor do domínio romano. Outros indícios que confirmam as origens remotas do terrorismo são os registros da existência de uma seita muçulmana no final do século XI d. C., que se dedicou a exterminar seus inimigos no Oriente Médio. Dessa seita teria surgido a origem da palavra assassino. O terrorismo moderno tem sua origem no século XIX no contexto europeu, quando grupos anarquistas viam no Estado seu principal inimigo. A principal ação terrorista naquele período visava à luta armada para constituição de uma sociedade sem Estado – para isso, os anarquistas tinham como principal alvo algum chefe de estado e não seus cidadãos. (CARVALHO, 2016, s.n.).

Essa questão está enraizada de forma particular, nos embates religiosos ocorridos durante todo o processo histórico da humanidade e ganhou força durante o século XX e XXI, graças a existência de grupos fundamentalistas e radicais, que buscam justificar seus atos, através do conceito de fé e salvação, existente em suas doutrinas e raízes de devoção. E para compreender a estrutura dessa crise que perdura por séculos e está presente no território da Nigéria, é importante conhecer o início deste conflito, traçando uma linha temporal e geográfica, até o momento em que o cristianismo e o islamismo passam a dividir o berço nigeriano e definir as formas pelas quais o próprio governo perde sua capacidade de equilíbrio e ordem perante esse ciclo.

Desde o início o islamismo foi uma religião aguerrida e militante, marcada por intenso fervor missionário. Um conceito importante é o de jihad, ou seja, o esforço em prol da expansão do islã por todo o mundo. Esse esforço muitas vezes adquiriu a conotação de guerra santa, como aconteceu de maneira especial no primeiro século após a morte de Maomé, em 632. Movidos por um profundo zelo pela nova fé, os exércitos muçulmanos conquistaram sucessivamente a península da Arábia, a Síria, a Palestina, o Império Persa, o Egito e todo o norte da África. Nesse processo, o cristianismo foi enfraquecido ou aniquilado em muitas regiões onde havia sido extremamente próspero nos primeiros séculos. Lugares como Antioquia, Jerusalém, Alexandria e Cartago, onde viveram os pais da igreja Orígenes, Cipriano, Tertuliano e Agostinho, foram permanentemente perdidos pelos cristãos. Em

²³ Ataque terrorista contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque.

674, os muçulmanos lançaram os seus primeiros ataques contra Constantinopla, a grande capital cristã do Império Bizantino.

No ano 711, os mouros atravessaram o estreito de Gibraltar sob o comando de Tarik (daí Gibraltar, isto é, “a rocha de Tarik”) e invadiram a Península Ibérica, ocupando a maior parte do território espanhol. Em seguida, atravessaram os Pirineus e penetraram na França, mas foram finalmente derrotados por um exército cristão comandado por Carlos Martelo, o avô de Carlos Magno, na batalha de Tours, em Poitiers, no ano 732. É verdade que, tanto no Oriente Médio e no norte da África quanto na Península Ibérica, os sarracenos foram relativamente tolerantes com os cristãos e os judeus. Eles geralmente não eram forçados a se converterem ao islamismo, mas tinham de pagar um imposto caso não o fizessem. Em todas essas regiões, muitos acabaram aderindo à nova religião. Em diversas áreas que conquistaram, os seguidores de Maomé criaram grandes centros de civilização, como foi o caso de Bagdá, o Cairo e a Espanha. (MATOS, 2001, s.n.).

Em “O Choque de Civilizações”, Huntington descreve as relações entre islamismo e cristianismo como tempestuosas, no sentido de ser geradora de conflitos durante toda a história em que as duas religiões estiveram interligadas de alguma maneira, contrariando assim, a concepção do ocidente de que esta questão é totalmente nova e sem indícios generalizadores. Sendo assim:

Alguns ocidentais, dentre eles o presidente Bill Clinton, têm afirmado que o Ocidente não tem problemas com o Islã, mas apenas com os violentos extremistas fundamentalistas islâmicos. Mil e quatrocentos anos de História provam o contrário. As relações entre o Islamismo e o Cristianismo, tanto Ortodoxo como Ocidental, foram frequentemente tempestuosas. Cada um foi o Outro do outro. O conflito do século XX entre a democracia liberal e o marxismo-leninismo é apenas um fenômeno histórico fugaz e superficial, se comparado com a relação continuada e profundamente conflituosa entre o Islamismo e o Cristianismo. (HUNTINGTON, 1996, p. 262).

Este avanço da religião islâmica em relação ao cristianismo nas regiões do Oriente e do próprio continente africano, acabou por enfraquecer a Igreja Católica, acarretando no desaparecimento da influência que a mesma exercia em diversos territórios importantes e sendo alguns bastante prósperos durante seu domínio. “A igreja ocidental ou romana voltou-se mais para o norte da Europa.” (MATOS, 2001, s.n.). Assim, a religião cristã passa a se concentrar no norte europeu e em menor quantidade na Ásia ou na África:

Desde o início, os cristãos tinham aprendido de Cristo e dos apóstolos a prática do amor e da tolerância no relacionamento com o próximo. Agora, num mundo cada vez mais hostil à sua fé, eles acabaram abandonando muitos de seus antigos valores e passaram a elaborar toda uma série de justificativas filosóficas e teológicas para legitimar a violência em certas situações. Esse processo havia se iniciado com a aproximação entre a Igreja

e o Estado a partir do imperador Constantino, no quarto século, tendo se intensificado nos séculos seguintes. Num primeiro momento legitimou-se o uso da força contra grupos cristãos dissidentes ou heréticos, como os arianos e os donatistas. Séculos mais tarde, os cristãos haveriam de articular a sua própria versão de guerra santa, dirigindo-a principalmente contra os muçulmanos. (MATOS, 2001, s.n.).

Nesse sentido, a Igreja Católica passa a legitimar o uso da força e da violência para coagir grupos que não seguiam o cristianismo, principalmente os muçulmanos, e ainda buscar recuperar sua influência nos territórios em que o islamismo passou a agregar um maior número de seguidores:

A maior, mais prolongada e mais sangrenta confrontação entre cristãos e islâmicos foram as famosas Cruzadas, que se estenderam por quase duzentos anos (1096-1291). A primeira cruzada foi pregada pelo papa Urbano II, em Clermont, na França, em 1095, sob o lema “Deus vult” (Deus o quer). Depois de uma horrível carnificina contra os habitantes muçulmanos, judeus e cristãos de Jerusalém, os cruzados implantaram naquela cidade e região um reino cristão que não chegou a durar um século (1099-1187). A quarta cruzada foi particularmente desastrosa em seus efeitos, porque se voltou contra a grande e antiga cidade cristã de Constantinopla, que foi brutalmente saqueada em 1204. A oitava cruzada encerrou essa série de campanhas militares que trouxe alguns benefícios, como o maior intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente e a introdução de inventos e novas ideias na Europa, mas teve efeitos adversos ainda mais profundos, aumentando o fosso entre as igrejas latina e grega e gerando enorme ressentimento dos muçulmanos contra o Ocidente cristão, ressentimento esse que persiste até os nossos dias. (MATOS, 2001, s.n.).

Historicamente, alguns cristãos perceptivelmente tiveram atitudes de certa forma mais construtivas diante das ações islâmicas, no sentido de procurar um modelo de pacificação (o processo de evangelizar²⁴) ao invés de intencionalmente prolongar os meios violentos da guerra. Este ponto pode ser exemplificado pelas novas ordens religiosas surgidas durante este período, como os franciscanos²⁵ e os dominicanos.

Já no século XIX e XX, o cristianismo ocidental ganhou espaço novamente no Oriente Médio e no norte da África, por conta do processo de colonização dessas regiões, sob o domínio de países europeus como a Inglaterra, França, Itália e Espanha. Esse fato se deve ao grande número de missionários católicos e protestantes, que passaram a evangelizar e a

²⁴ Evangelizar no sentido de propagar o amor ao próximo e buscar um processo de paz entre as diferenças culturais e religiosas.

²⁵ O mais célebre missionário aos muçulmanos foi o franciscano Raimundo Lull (c.1232-1315), de Palma de Majorca, que fez diversas viagens a Túnis e à Argélia. (MATOS, 2001, s.n.).

construir instituições religiosas e escolares para atingir este mesmo propósito de levar os ensinamentos e as doutrinas cristãs.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o número crescente de novos Estados árabes que estavam alcançando sua independência, o sentimento nacionalista e a grande reafirmação dos valores islâmicos passaram a atingir estes povos. Além disso, a religião islâmica, não se limitava mais ao mundo árabe, alcançando os persas, turcos, povos na Ásia e na África, atingindo a Indonésia²⁶, que hoje possui mais de 250 milhões de habitantes e é a maior de todas as nações muçulmanas.

No contexto histórico africano e mais especificamente na Nigéria, a crise entre muçulmanos e cristãos é enraizada nos diversos interesses políticos e econômicos de ambos os grupos, sendo o Norte do país predominantemente islâmico e a parte Sul majoritariamente cristã.

A República Federativa da Nigéria tem, em média, 140 milhões de habitantes e 36 estados, o que a torna o maior país da África Ocidental. A Nigéria é um complicado mosaico étnico, dividido pelas religiões mais difundidas: o Islamismo, com 50% e o Cristianismo, com 40%. O restante se divide em seitas locais e outras religiões. Nos últimos anos, 12 estados introduziram a Sharia, conjunto de leis baseadas no livro Islã Sagrado, o Corão, acentuando grandes contrastes entre as regiões e as religiões, sendo o Sul predominantemente cristão. (IAVELBERG, 2009 citado por ROSA; SANTOS; CARDOSO, 2012, p. 338).

É evidente que não seja possível culpar a religião de forma direta, como responsável pelos conflitos, porém, as consequências desse embate revelam a divisão do Estado entre Islamismo (Sharia) e Cristianismo. A própria introdução das leis islâmicas em alguns estados, é responsável por esse conflito, coagindo Cristãos do Norte a migrarem para o Sul e o ciclo inverso para os Muçulmanos do Sul, buscando refúgio no Norte. Centenas de Cristãos²⁷ são vítimas em ataques iniciados por radicais islâmicos, provocando uma retaliação em massa por parte dos próprios ativistas Cristãos. “Esses ataques provocam o deslocamento em massa de certas comunidades do país.” (IAVELBERG, 2009 citado por ROSA; SANTOS; CARDOSO, 2012, p. 339). Isto é, a Nigéria ainda permanece em um estado de desequilíbrio, fomentando a

²⁶ Notícia disponível em: <<http://br.rfi.fr/mundo/20160115-maior-pais-muculmano-do-mundo-indonesia-tem-pequeno-numero-de-radica-is-lamicos>>. Acesso em: 21 out. 2016.

²⁷ Notícia disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2010/03/printable/100308_nigeriaclashesaws.shl>. Acesso em: 22 out. 2016.

desestruturação dos laços sociais e de raízes nacionais comuns, não pelas diferenças religiosas em si, mas pela maneira como essas diferenças são vistas e não conseguem conviver de forma pacífica no mesmo território. Segundo Rosa, Santos e Cardoso (2012, p. 338): “[...] a falta de unidade nacional é sobretudo favorável à divisão de poder interna, além de fomentar as disputas étnicas.” Sendo assim, a crise existente é totalmente propulsora de todas as raízes que acabam por prejudicar o processo de pacificação e estabelecimento de uma identidade nacional comum, corroborando para que o Estado nigeriano seja refém das diretrizes estabelecidas pelos atores internacionais.

Vários fatores condicionaram o posicionamento político estrangeiro da Nigéria. Primeiramente, o misto de etnia e religião do país exigiu posições cautelosas com respeito a algumas questões, como a política com respeito a Israel. A Nigéria considerou difícil restaurar laços diplomáticos com Israel e não o fez a partir de 1990, por causa da oposição muçulmana e simpatia com o restante do mundo Árabe Muçulmano. Em segundo lugar, o legado da Nigéria como uma ex-colônia Britânica, junto com seu papel de produtor de energia na economia global, predispôs a Nigéria a ser pró-Occidental na maioria das questões, apesar de seu desejo de manter uma posição desalinhada, para evitar o neocolonialismo. (METZ, 1991, s.n.).

Um dos principais fatores de risco para essa crise, é a estrutura política e os conflitos para que esse poder seja alcançado. Apesar de a Nigéria ser considerada um Estado laico, vários estados institucionalizaram a Sharia como lei maior, causando grande revolta nos cristãos residentes destes mesmos lugares.

Percebe-se que as disputas entre essas religiões são a tentativa de estabelecer o domínio político no país. Uma das formas de disputa de poder é a já mencionada imposição da Sharia em doze Estados Nigerianos de predominância Islâmica, desrespeitando o Estado Nacional, que se mostra contrário a essa determinação. O Estado considera inconstitucional a condenação à morte, segundo os motivos justificados, ou alegados, pelos islâmicos adeptos da Sharia, porém, mesmo com essa inconstitucionalidade, Estados do Norte continuam aplicando a pena de morte. A Nigéria possui um Governo Laico, ou seja, que não tem permissão para escolher uma religião, ameaçado pela crescente expansão do Islamismo em seu território, o qual tem imposto suas regras em alguns estados, desrespeitando a Constituição do país, demonstrando uma disputa de poder entre o Cristianismo e o Islamismo. O próprio governo se mostra dividido, com alguns de seus membros apoiando islâmicos radicais. (ROSA; SANTOS; CARDOSO, 2012, p. 339).

Toda essa discussão revela a não aceitação por parte dos Cristãos de que o país seja governado por muçulmanos, justamente pela imposição da Sharia, fato que ocorreu durante o

processo histórico de reconstrução da democracia nigeriana. Semelhante a isso, fica claro que o território Norte, predominantemente muçulmano, também não aceita cristãos no poder. Sendo assim, o que ocorre em todo o território nigeriano, é uma alternância, no sentido de conceder um papel de liderança aos dois grupos políticos constituídos por ambas as religiões.

Os conflitos religiosos existentes na Nigéria, são resultado da inexistência de traços nacionais comuns, isto é, uma unidade nacional completamente fraca e despreparada, característica essa presente nas ex-colônias europeias do continente africano e sendo tais fatores, visualizados como tentativas de estabelecer o comando político no país. E é a partir deste ponto, que se observa a incapacidade do Estado em extinguir a crise existente entre as duas religiões.

Começando pela desvalorização da constituição, como já observado anteriormente nos casos em que alguns estados nigerianos instauraram a Sharia como lei maior, está claro a ineficácia da própria aplicação da constituição, no sentido de verificar uma maior inclinação aos valores religiosos em relação a própria laicidade do Estado e de suas leis sem a interferência propriamente religiosa.

Essa desvalorização da constituição pode ser equiparada à daquilo que ela representa, ou seja, a própria unidade, o poder da federação. Esta situação surge, em grande medida, em decorrência do grande distanciamento entre o poder Estatal, encarnado pela união, e a sociedade civil, a qual se vê mais refletida nos valores religiosos encampados pelos estados. [...] Essa configuração da distribuição jurídica do poder fomenta (ou pelo menos abre uma brecha para que haja) uma competição entre os vários níveis de poder estatais, favorecendo a separação primeiro entre os diferentes estados, mas também de cada um deles com relação ao todo. (COSTA, 2014, p. 465).

Em seguida, constata-se o distanciamento entre o Estado e a sociedade civil, pelos diversos aspectos básicos nos quais o próprio governo peca, ao não estabelecê-los como prioridade social e de políticas públicas. Sendo assim, a própria comunidade nigeriana, acaba por não confiar diretamente na gestão pública, principalmente os grupos étnicos locais, apoiando de maneira cada vez mais enfática, a ampliação da influência religiosa.

[...] com os péssimos índices de saúde e de educação [...] demonstrando a ineficiência do governo federal, torna-se compreensível que os nigerianos não confiem na administração central. Os grupos locais, por serem mais enraizados, sobretudo na tradição, adquirem mais força, e apoiam a ampliação da influência da religião. Esta tem mais espaço para se efetivar no âmbito dos governos estaduais, especialmente por que é entre estes que fica mais patente a cisão entre muçulmanos e cristãos, já que a maioria dos entes federados possui quase sempre um grupo religioso com ampla hegemonia,

de modo que as tensões, pelo menos no âmbito político-administrativo, são deslocadas para a esfera estadual. (COSTA, 2014, p. 466).

Segundo Costa (2014, p. 466), a reaproximação entre o Estado nigeriano e a sociedade como um todo, só será possível, a partir do momento em que exista a supremacia da constituição, ferramenta importante para a construção da união e do convívio pacífico e um processo de melhoria na qualidade da gestão e dos serviços públicos, dando base para a construção da confiança em um governo central, isto é, diretamente ligado ao Estado e não subcentralizado apenas nas regiões, dando poderio as diretrizes religiosas locais.

Portanto, enquanto o país não for capaz de afirmar sua capacidade de se tornar estável em relação as divisões de poder e, de forma mais prática, fazer com que o governo central seja de fato respeitado e configure um laço social entre sua estrutura e seu próprio povo, por meio das ferramentas institucionais, como é o caso da própria constituição, a Nigéria ainda permanecerá a mercê das consequências dos conflitos étnicos e religiosos existentes em seu território, contrastados pelas regiões Norte e Sul do país, fazendo com que as intervenções da dinâmica internacional não sejam completamente eficientes enquanto toda a sua infraestrutura interna permanecer da mesma forma.

E é a partir dessa mesma ineficiência que cada vez mais, grupos rebeldes e terroristas têm passado a existir e ganhado força diante das crises nacionais. Como objeto de estudo principal deste trabalho no cenário nigeriano, o Boko Haram é um desses nomes que recentemente em 2014, entrou para a lista negra de terroristas²⁸ do Conselho de Segurança da ONU e, portanto, configurará como a principal fonte de estudo no próximo tópico, traçando sua linha temporal, desde o surgimento até seu ganho crescente e massivo de força a partir de seus atos extremistas que repercutem diante de todo o palco internacional.

3.4 O SURGIMENTO E A FORÇA DO BOKO HARAM

A partir de 11 de Setembro de 2011, a opinião pública ocidental, passou a conhecer e a aprofundar seus conhecimentos em nomes como “al-Qaeda”, “Talibã” e “jihad”. Mais recentemente, passou-se a prestar mais atenção em novos grupos, como o “Estado Islâmico” e o “Boko Haram”, filiados a grupos terroristas e fundamentalistas, atuantes em países do

²⁸ Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/eua-incluem-grupo-nigeriano-boko-haram-na-lista-negra-de-terroristas.html>>. Acesso em: 22 out. 2016.

Oriente Médio, África e Europa, sendo este último, especialmente conhecido pelo sequestro²⁹ de 276 estudantes em Chibok, na Nigéria, no dia 14 de abril de 2014.

As meninas, cujo destino é ignorado, teriam sido leiloadas, forçadas à prostituição ou dadas em casamento a militantes do próprio grupo. No início deste ano, o Boko Haram ganhou ainda mais notoriedade depois que a Anistia Internacional divulgou fotos de satélite mostrando a devastação causada por ataques à vila nigeriana de Doron Baga. Um crime contra a humanidade que, em sua gravidade, também lança um desafio à Ciência da Religião. (APOLLONI, 2015, p. 177).

O fenômeno do Islamismo na África e, especificamente na Nigéria, tem conexão com a relação existente entre os árabes e os africanos, datada desde o ano 636 d. C., quando os árabes chegam primeiramente ao Egito e iniciaram uma obra de conversão, isto é, trazer o Islã a população africana. Entre os avanços deste processo, muitas vezes trazendo à tona, confrontos bastante violentos, o islamismo passa a configurar e a se expandir na África, impondo-se as demais religiões tradicionais.

Depois da conquista pelas armas, os mercadores árabes passaram a atingir regiões onde buscavam fortuna em forma de marfim, ouro e, principalmente, escravos. Com eles, levaram sua religião: o africano não tinha qualquer alternativa; ou se tornava um crente ou era tachado de infiel. A ideia muçulmana da existência de um Deus único supremo, não era desconhecida dos africanos. E, a lei do Alcorão não conflitava, basicamente, com os costumes das tribos. O setor das crenças e práticas religiosas dos nativos da Nigéria oferece uma clara ilustração da unidade latente que caracteriza as tradições dos diversos grupos étnicos do país. Todos os povos da Nigéria acreditam na existência de um Ser Supremo, conhecido por Olorum ou Olodumaré entre os Yorubás, Osenabua entre os Idos, Chineke entre os Ibos, Obasi entre os Efiks, Ogheges entre os Isokos, Oritses entre os Itsekiris e Awundus entre os Tivs, para citar alguns exemplos. (LIMA, 2013, s.n.).

Dentro desse contexto, em 2002³⁰, o pregador muçulmano Ustaz Mohammed Yusuf, ganhou bastante notoriedade por suas críticas contra a corrupção e o abuso de poder do Estado nigeriano e suas instituições públicas, e com isso acaba fundando o grupo Boko Haram, por considerar que tais aspectos eram incompatíveis com os valores de uma nação islâmica. Seguindo este mesmo pensamento, Yusuf apontou que a educação ocidental confrontava os princípios existentes no Corão e ainda a acusou de blasfema. Em 2009, o pregador foi

²⁹ Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140513_boko_haram>. Acesso em: 24 out. 2016.

³⁰ O Boko Haram surgiu pela primeira vez nas páginas dos jornais em finais de Dezembro de 2003, devido aos atentados que perpetrou contra esquadras de polícia e outros edifícios públicos nas cidades de Geidam e Kanamma no estado de Yobe, no nordeste da Nigéria. (PHAN, 2012, p. 1).

executado na própria prisão, (alegadamente) ao tentar fugir, gerando uma perseguição aos seus seguidores e fazendo com que o grupo passasse por um significativo processo de radicalização que resultou nos moldes atuais da organização.

O nome árabe oficial do grupo é "Jama'atu Ahlis Sunna Lidda'awati wal-Jihad" - "Pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do Profeta e do Jihad". O nome popular "Boko Haram" (em hausa, língua da etnia predominante no noroeste de Nigéria) aponta para um elemento chave no cânone de Ustaz Mohammed Yusuf e significa: "A educação [ou: estilo de vida] ocidental é proibida [ou: é um pecado]". Outras denominações menos comuns do grupo são: "Talibãs Nigerianos" e "União de Sunitas para a chamada para o Islã e o jihad". (USARSKI, 2015, p. 178).

O próprio nome do grupo—Boko Haram—associa a palavra boko, em língua hausa "livro" (no sentido de "livro de aprendizagem") e o adjetivo árabe haram, que designa o que é ímpio ou pecaminoso. "Boko Haram" não é portanto apenas o nome do grupo, como também o seu lema, o de que "a educação ocidental (e tudo o que dela resulta) é sacrilégio." O fundador do grupo, Moamede Yusuf, explicou a visão do mundo que resulta desta ideologia, numa entrevista que concedeu à BBC em 2009: "A educação de cariz ocidental assenta em bases que são contrárias às nossas crenças no Islão. A chuva, por exemplo: nós consideramos que se trata de uma criação de Deus e não de uma evaporação causada pelo Sol, que condensa a água e a transforma em chuva. É como afirmar que o mundo é um globo. Isto contraria os ensinamentos de Alá, e nós rejeitamos isso. Rejeitamos igualmente a teoria do darwinismo." (PHAN, 2012, p. 1).

O objetivo principal do grupo é estabelecer uma liderança governamental baseada na Sharia, isto é, a lei islâmica. Suas referências ideológicas são moldadas a partir do período inicial do Islã e para alcançar tal resultado, o Boko Haram busca promover ações e ataques violentos que sejam úteis para a desestabilização do governo da Nigéria e ainda extinguir a presença de diferentes comunidades religiosas, especialmente as que abrigam o cristianismo.

Considera-se que o Boko Haram, ressurgiu no últimos anos, pelo orquestramento desde de 2010, de um esforço brutal contra autoridades, instituições públicas, grupos religiosos diversos e sendo cada vez mais frequente, atentados contra inocentes, inclusive crianças. Somente no ano de 2011³¹, pelo menos 550 pessoas foram vítimas em 115 atentados

³¹ Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111225_nigeria_atentados_novo_bg.shtml>. Acesso em: 27 out. 2016.
Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/grupo-extremista-boko-haram-surgiu-como-seita-e-virou-grupo-armado.html>>. Acesso em: 27 out. 2016.

diferentes, números que não param de aumentar. Além disso, o que vem preocupando as políticas públicas regionais africanas e até mesmo internacionais, é o próprio discurso e táticas utilizadas pelo grupo, que mostram a expansão desta organização terrorista, influenciando territórios que vão além de seu foco original, concentrado na região nordeste da Nigéria. Como consequência, essa situação acaba por se transformar em uma ameaça transnacional, com subdivisões em outros grupos extremistas e fundamentalistas existentes em maior parte no Norte, Oeste e Leste da África.

[...] existem de facto ligações preocupantes entre o Boko Haram e outros movimentos extremistas. O primeiro aprendeu claramente as táticas características de alguns dos segundos, designadamente o emprego de dispositivos explosivos improvisados colocados em veículos, utilizados em sucessivos atentados contra alvos públicos de elevada visibilidade, resultando num aumento espectacular do número de vítimas mortais, especialmente nos casos de engenhos explosivos accionados em simultâneo ou coordenados de outra forma. A simples ocorrência de atentados suicidas indica a presença de alguma influência estrangeira, uma vez que acções deste tipo eram praticamente desconhecidas em África até há poucos anos [...]. (PHAN, 2012, p. 6).

Pela quantidade de ataques ocorridos nos últimos anos, a questão que se estabelece diante do território nigeriano em relação ao grupo, é sobre como o Boko Haram financia todo o seu arsenal e aprestos militares. Segundo Usarski, (2015, pp. 178-179), esse dinheiro é resultado de assaltos a bancos e outras atividades criminosas que o grupo desempenha, como por exemplo, sequestros que requerem altos valores de resgate.

Além disso, desfruta de apoio financeiro, logístico e operacional oferecido pelo ramo extremista argelino “Al-Qaeda no Magrebe islâmico”, antes conhecido como “Grupo Salafista para Pregação e Combate”. Há indícios, também, de colaboração entre o Boko Haram e outras organizações extremistas. Diversos de seus membros foram treinados por forças associadas ao Al-Shabaab (nome popular do “Harakat al-Shabab al-Mujahideen”, "Movimento do Jovem Guerreiro"), grupo fundamentalista somali; mais recentemente, receberam treinamento de militantes do ad-Dawlah al-‘Isl miyyah, grupo jihadista designado pela mídia ocidental como Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS). No período de instabilidade que se sucedeu à queda de Muammar al-Gaddafi, em 2011, os integrantes do Boko Haram tiveram acesso ao arsenal líbio. (USARSKI, 2015, p. 179).

Contando com a grande influência social, econômica e principalmente ideológica que o Boko Haram possui sobre algumas comunidades do território norte nigeriano, cuja população é predominantemente muçulmana, é possível observar uma necessidade no sentido de criar e implementar estratégias que possam erradicar e posteriormente, por um fim nas ameaças à segurança por parte do grupo. Sendo assim, segundo o Diretor do Centro da África junto do Conselho do Atlântico em Washington, DC, Dr. J. Peter Pham (2012, pp. 7-8), é preciso atuar por meio de quatro ferramentas. A primeira é o investimento na melhoria de informações e análises, pois as ameaças que o país enfrenta são realmente graves e de modo geral, tudo o que é noticiado vinculado ao que realmente se conhece, é muito pouco.

Algumas análises pouco mais serão, na melhor das hipóteses, do que fantasias, como as notícias tantas vezes divulgadas, mas nunca confirmadas, sobre divisões existentes no Boko Haram, entre apoiantes do desaparecido Mohammed Yusuf, que querem transformar a Nigéria num estado governado pela Sharia, e aqueles que defendem antes de mais o derrube do Estado. (PHAN, 2012, p. 7).

A coleta de informações necessárias que possibilitam ações rápidas e concretas do próprio governo, ao ponto de prevenir futuros atentados, só é possível com o empenho dos governos federal e estadual do Estado nigeriano, no sentido de estabelecer uma aproximação com as comunidades locais em que o Boko Haram atua. Porém, o que se percebe na atitude das autoridades locais perante ao grupo, é uma grande despreocupação e motivo de perplexidade, já que o próprio grupo não esconde seu objetivo de derrubar a qualquer custo o próprio governo. Isso acaba se tornando ainda mais prejudicial e difícil de ser combatido, quando as esferas do poder, isto é, pessoas com autoridade diante do Estado, acabam gerando casos de cumplicidade com os terroristas.

Entre os detidos sob a acusação de apoiar o Boko Haram conta-se o actual senador federal do partido no poder, PDP, Moamede Ali Ndume, do estado de Borno. O Presidente Goodluck Jonathan já reconheceu que os extremistas possuem simpatizantes ou apoiantes em todas as esferas do poder, “alguns no ramo executivo do governo, outros no ramo parlamentar/legislativo, e alguns até no meio judiciário.” (PHAN, 2012, p. 7).

A segunda ferramenta está concentrada na resposta que o próprio governo vem dando para as diversas queixas da população do norte em relação ao Boko Haram. Muitos habitantes desse território acabam por se aproximar dos discursos extremistas utilizados pelo grupo,

justamente pela ineficiência do próprio Estado, já que de um lado, o governo pouco faz eficientemente em relação a atual situação da sociedade nigeriana e de outro lado, os próprios terroristas prometem a mudança de status da Nigéria, já que o governo não se porta de forma inclusiva e não apresenta medidas drásticas e necessárias para o fim da corrupção, o alívio da pobreza e para o acesso da população às necessidades básicas, como a saúde, educação e transporte.

Em terceiro lugar, Phan aponta para o treino especializado para as forças de segurança da Nigéria, com um foco maior na própria formação desses profissionais ao combate ao terrorismo, muito mais do que em termos de recursos humanos e de equipamentos, em especial, no panorama de recolhimento de informações e condução de investigações sigilosas.

Devem ser tomadas precauções para reduzir ao mínimo o envolvimento internacional, por forma a evitar que o apoio externo se transforme numa questão passível de ser explorada pelos extremistas. No entanto, as forças nigerianas podem ser ajudadas, por programas de formação específicos, a reforçar as suas competências em termos do relacionamento entre militares e civis, especialmente no norte. (PHAN, 2012, p. 7).

Por último, destaca-se a importância de aperfeiçoar a cooperação regional e desenvolver a capacidade de países vizinhos. É bastante perceptível que o Boko Haram tem entendido e aproveitado as mazelas existentes nas fronteiras nigerianas e principalmente a fragilidade de nações próximas. Por esse motivo, essa proximidade é importante, para que o grupo não possua qualquer tipo de incentivo através da vulnerabilidade existentes diante dessas fronteiras e para que sua força não seja expandida para os demais territórios africanos.

Esforços regionais como a Iniciativa Trans-Saariana de Combate ao Terrorismo, financiada pelos Estados Unidos, que apoia pequenas equipas móveis de treino, programas de cooperação civil-militar e o desenvolvimento doutras iniciativas, devem ser adaptadas às áreas nas quais o Boko Haram tem prosperado. Os parceiros internacionais devem encorajar e facilitar uma maior cooperação e intercâmbio de informações entre os estados da região. (PHAN, 2012, p. 7-8).

O fato de o Boko Haram ter sobrevivido às grandes e duras retaliações nos anos em que se sucederam a morte de Yusuf e ainda expandir sua força e o alcance de suas operações em diversas partes do continente africano, constitui um motivo alarmador sobre sua existência, tanto para o Estado nigeriano, quanto para toda a comunidade internacional. “Os

atentados suicidas contra símbolos da autoridade do estado nigeriano e das agências internacionais mostram um reforço significativo das capacidades do Boko Haram e uma mudança importante da sua mensagem”. (PHAN, 2012, p. 8). Portanto, o próximo capítulo, procura entender e esclarecer como o sistema internacional tem interferido para a ruptura do grupo terrorista e os motivos pelos quais a Nigéria assume uma posição socialmente invisível em relação as suas necessidades perante o Ocidente.

4 O SISTEMA INTERNACIONAL E O BOKO HARAM

Como abordado anteriormente neste trabalho, a Nigéria passou por um processo de colonização bastante significativo para o decorrer de sua história evolutiva, no sentido de ainda hoje, após 50 anos de independência, possuir vestígios da irresponsabilidade, a qual foi submetida ao ser dividida de modo que pudesse agregar valores a seus colonizadores e não a sua própria população. Assim, povos com diferentes histórias e culturas foram agrupados sem traços comuns, impedindo a criação de uma identidade única e a sustentação de um Estado marcado pela corrupção, violência, golpes e ineficiência dos aparelhos governamentais.

Em 1914 os protectorados do Norte e do Sul foram forçadamente amalgamados por forma a permitir a criação da colónia da 'Nigéria', um nome supostamente seleccionado por Flora Lugard, a mulher do administrador colonial. Em Lagos, a disjunção entre os modos de vida das elites coloniais e das maiorias africanas foi sempre extrema. As vilas europeias com largas varandas e extensos jardins contrastando com o crescente congestionamento do 'quartirão africano', bem como o abastecimento de gás, electricidade e iluminação dos bairros das classes altas e das suas áreas comerciais surgiam, uns como outros, comparáveis aos das metrópoles coloniais dos centros dos impérios. As margens de lucro do óleo de palma e do comercio de algodão aumentaram o empenhamento dos brancos na organização 238 Geografias pós-coloniais de um estado real, aumentando os preços da terra e instituindo uma rede de infra-estruturas para habitação que catapultou grande parte dos africanos para condições de excesso de ocupação de solo e super-povoamento. Os gastos públicos em provisionamento de água, drenagem e infra-estruturas sanitárias são evidentes. As sucessivas administrações coloniais absolveram-se efectivamente da responsabilidade de melhoramentos nas áreas das classes trabalhadoras. (MATTHEW, 2007, p. 237).

Como parte desta herança neocolonial, a Nigéria, assim como outros países emergentes ou subdesenvolvidos, agrega grandes quantidades de solicitação de empréstimos aos organismos internacionais, sujeitando-se ao pagamento e repagamento de quantidades significativas de dívidas externas.

O início da recessão global em 1981 e o colapso nos preços do petróleo colocaram os desequilíbrios da economia nigeriana em grande relevo. No decurso da organização de amortizações e penalidades pelos pagamentos em falta, o debito externo do país subiu de \$13bn para \$30bn, entre 1981 e 1989. Muitos dos programas de infra-estruturação dos anos setenta – portos, aeroportos, ruas, pontes, refinarias de petróleo – foram abandonados incompletos, ou deixados deteriorar a ponto irrecuperável. (MATTHEW, 2007, p. 240).

Essa situação pode ser apontada como uma das grandes causas para o baixo crescimento dos índices de desenvolvimento em todo o território nigeriano. A divisão totalmente desproporcional dos povos africanos, traz um ponto de reflexão bastante interessante para a compreensão dos problemas sociais na Nigéria. A busca pelo poder por diferentes culturas e conseqüentemente a tentativa de imposição das leis e vontades próprias de uma etnia sobre a outra, alavancam traços contrastantes sobre a dinâmica do Estado³² representado pela constante troca de governantes, de modo que até mesmo o conceito democrático praticado no país, com instrumentos estatais, como a própria legislação, não funcione de forma eficaz. Dessa forma, o resultado de toda a falta de estrutura torna-se mais evidente no contexto social. A população nigeriana, conformada com tal ineficiência, busca esperança nos grupos regionais, sendo que em alguns casos, tais grupos são ramificações de organizações criminosas e fundamentalistas, como o próprio Boko Haram.

4.1 A HERANÇA NEOCOLONIAL E O PROBLEMA DA DIVISÃO

As dívidas externas do Estado se sobrepõem de maneira excessiva aos valores investidos em campos fundamentais para o desenvolvimento de uma nação, se tornando mais preocupante, quando uma série de problemas afeta a parte da sociedade mais vulnerável, por conta da pobreza extrema e da falta de cuidados básicos.

Pelos finais da década de 1990, a dívida externa da Nigéria subiu para \$36bn, equivalente a cerca de 75% do GDP e quase 200% dos 244 Geografias pós-coloniais lucros das exportações. O governo gasta agora para cima de três vezes mais no pagamento à dívida do que em educação, e quinze vezes mais do que em despesas com serviços de saúde pública, numa nação que enfrenta problemas graves associados ao sistemático ressurgimento da malária, meningites, tuberculose e difusão do HIV. Estima-se que 40% do débito total provem dos empréstimos aos sucessivos ditadores militares que foram desviados para contas bancárias na Inglaterra, Suíça e Estados Unidos. (MATTHEW, 2007, pp. 243-244).

É notório que, não só a Nigéria, mas a maioria dos países do Continente Africano possui certo atraso em seu desenvolvimento, por conta da má divisão territorial no período de colonização. Entretanto, é possível ainda observar que este período refletiu ainda mais no crescimento de conflitos, em especial, envolvendo questões religiosas entre o Norte e Sul,

³² Notícia disponível em: <<https://neccint.wordpress.com/2010/06/18/defesanet-embaixador-da-libia-gera-crise-diplomatica-ao-sugerir-divisao-da-nigeria/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

além de explicitar a exploração de recursos para o empreendimento e domínio das nações europeias.

Este período está associado à perda de domínio das colônias americanas, e refletem também a busca de novas fontes de matérias primas e mão-de-obra empreendida pelos europeus para dar suporte ao processo de desenvolvimento industrial vigente na Europa naquele momento [...]. O domínio das potências europeias não foi apenas econômico, mas militar, político e social, impondo à força um novo modelo de organização econômica e social do trabalho, que pudesse garantir, principalmente, a extração de riquezas, para as indústrias europeias. A violência militar e a exploração do trabalho somam-se as imposições sociais, incluindo a disseminação do cristianismo entre os povos nativos, num processo de aculturação, que pode ser interpretado como europeização da cultura no continente africano, algo que já havia acontecido no continente americano. (IRIAM, 2012, s.n.).

O neocolonialismo, predominante na África e na Ásia, acabou por gerar lucros por meio do investimento de capital na colônia, fazendo com que essa exploração, desenvolvesse o capitalismo no próprio território colonizado. Assim, este processo auxiliou na geração dos problemas atuais, exemplificados pelas guerras civis por meio da aglutinação dos povos rivais, a fome desorganizadamente estimulada pelos europeus e a miséria causada pelas metrópoles, mediante as práticas capitalistas. Além disso, as nações europeias ambicionavam a exploração de riquezas minerais e agrícolas, competindo pelo mercado de matéria prima.

O crescimento econômico da Nigéria, aparenta ser insuficiente para sustentar ações concretas que possam garantir a melhoria na qualidade de vida da própria sociedade. Esse fator é um dos indicadores de que as riquezas geradas pelos recursos naturais do território, desde sua descoberta, estiveram concentradas nas mãos de poucos, isto é, detentores do poder, principalmente nos períodos em que os golpes de estado, transformavam o governo em uma ditadura. Um dos recursos mais valorizados, descoberto alguns anos antes da independência nigeriana, foi o petróleo. Essa substância contribui para a geração de conflitos no país, por conta de seu valor econômico para as multinacionais que comandam sua exploração e os descuidos por parte dessas mesmas empresas diante das comunidades locais. Portanto, o próximo tópico buscará reunir detalhes sobre a questão do petróleo na Nigéria, explicar como isso se relaciona às ações terroristas de organizações criminosas e identificar como isso afeta a população local.

4.2 O SILÊNCIO DO OCIDENTE

É evidente que todo o processo histórico da Nigéria, contribuiu para que seu território se tornasse berço de uma série de contratempos responsáveis pelo atraso em seu desenvolvimento como Estado e para a manutenção de seu governo, de forma que o mesmo não fosse capaz de seguir estritamente os preceitos da democracia, aspecto esse que tem sido constantemente ignorado por diversos grupos regionais e principalmente extremistas, com o objetivo de instaurar suas próprias leis em todo o país. Essas diferenças são as principais heranças neocolônias que corroboram para a incapacidade do Estado em agir diante do surgimento de conflitos na região e principalmente quando estão conectados ao radicalismo de algumas comunidades, como é o caso do grupo Boko Haram. Porém, a questão levantada é outra.

No século XX, após o processo de independência nigeriana, seus colonizadores poucas vezes se manifestaram a favor da luta por uma sociedade mais justa e democrática, pelo contrário, assistiram aos diversos massacres em todo o continente africano, sem muitos esforços para contribuir para o fim de toda hostilidade e violência visíveis na região e, portanto, fazendo desta omissão, uma cultura instaurada e compartilhada por todo o Ocidente.

O exemplo que vem da África é sintomático para a compreensão da questão dos conflitos contemporâneos e das tentativas de solução para os mesmos. A África foi atingida como nenhuma outra região do mundo pelas recentes transformações na economia e política mundial. Até o final da Guerra Fria havia interesse político-estratégico envolvendo o continente, fato que direta ou indiretamente mantinha vivo o interesse na região. Com o fim da Guerra Fria esse interesse decaiu e o continente foi como que entregue à própria sorte, envolvido numa situação quase generalizada de insolvência. A questão da segurança é, pois, de primordial importância para o continente africano.⁹ Marcado por profundo quadro de instabilidade política e econômica, os Estados africanos não têm conseguido solucionar seus problemas e diferenças através da negociação político-institucional. Assim, uma crise política localizada possui consideráveis elementos desestabilizadores que geralmente levam à tentativa da solução através de meios violentos, muitas vezes trazendo instabilidade a toda uma região. As consequências imediatas são desastrosas, via de regra resultando no envolvimento de países vizinhos em determinado conflito interno e promovendo, dentre outros:

- a) a destruição da precária e já enfraquecida estrutura econômica do continente, carente de base para propiciar o desenvolvimento econômico auto-sustentável;
- b) devastação ambiental e mortes – sempre em número elevado, atingindo em determinados casos o patamar de genocídio;
- c) deslocamentos populacionais de envergadura, tanto no plano interno quanto no externo, o que faz do continente uma das regiões mais afetadas pelo fenômeno dos refugiados;

- d) perpetuação da pobreza e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, haja vista que os escassos recursos disponíveis geralmente são empregados para o “fazer” a guerra;
- e) a manutenção e, pior, o aprofundamento da enorme distância que separa o continente africano do mundo desenvolvido, ou mesmo dos países chamados de “em desenvolvimento”, caracterizando a existência de algo que poderia ser classificado como “quarto mundo”. (FILHO, 2004, p. 36).

Uma pequena parte de terroristas islâmicos atacaram, em janeiro de 2015³³, cartunistas da revista Charlie Hebdo, na cidade de Paris, França. Fizeram ainda outras vítimas neste mesmo dia, em um supermercado, provocando grande indignação e um sentimento de apoio e solidariedade por todo o mundo. Ao todo, foram 17 mortos. A frase “Je Suis Charlie³⁴” protagonizou entre os tópicos mais comentados por toda a mídia internacional e líderes de diversos países, se dirigiram às ruas francesas para marchar como um ato de generosidade à força parisiense. Ao mesmo tempo, no Norte da Nigéria³⁵, um exército de extremistas islâmicos devastou a Vila de Baga, gerando como consequência um número aproximado de 2.000 mortos, sendo a maioria dessas mortes de mulheres e crianças, que não conseguiram fugir dos ataques. Esse mesmo exército acabou introduzindo uma arma de guerra na cidade vizinha, Maiduguri. O corpo de uma garota de apenas 10 anos foi preso a explosivos e enviado ao principal mercado de aves da cidade, resultando em 19 mortes quando a bomba foi detonada. Em nenhum momento, os meios de comunicação internacionais promoveram campanhas ou noticiaram marchas globais para as vítimas desse massacre, porque essas manifestações simplesmente não aconteceram.

Na França, um arcebispo nigeriano³⁶ acusou os países ocidentais de ignorarem a ameaça do grupo terrorista Boko Haram. Nenhum pronunciamento sobre o massacre na Nigéria foi feito por líderes mundiais. O próprio ex-presidente nigeriano, Goodluck Jonathan,

³³ Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150105_franca_ataque_analise_hb>. Acesso em: 31 out. 2016.

³⁴ Em tradução livre significa “Somos todos Charlie”.

³⁵ Notícia disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30987043>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Notícia disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30728158>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150115_boko_haram_entenda_rb>. Acesso em: 31 out. 2016.

³⁶ Notícia disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150112_boko_haram_nigeria_mortes_rb>. Acesso em: 31 out. 2016.

Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/arcebispo-reclama-de-falta-de-atencao-do-ocidente-massacres-na-nigeria.html>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

condenou os atentados em Paris, mas se omitiu em relação a Baga. Mesmo na Nigéria, o período em que a violência em Paris estampou os principais veículos de comunicação do mundo, recebeu mais atenção do que os ataques no estado de Borno. Guga Chacra, comentarista de política internacional, levanta os principais motivos do contraste entre as duas nações, explicitando a falta de manifestações em solidariedade aos mortos na região nigeriana.

Primeiro, o problema é não ter ocorrido manifestações envolvendo Baga. As de Paris eram necessárias e foi um momento mágico de união mundial contra o terrorismo (lamentável a ausência de uma figura do alto escalão americano e brasileiro). Em segundo lugar, porque as pessoas em geral tinham informação do que ocorreu em Paris, mas não tinham de Baga. Terceiro, há imagens do ataque em Paris, uma cidade que todos conhecemos pessoalmente ou de fotos e filmes. É mais familiar. Quarto, o governo francês, ao contrário do nigeriano, ficou na vanguarda do combate ao terrorismo. Quinto, porque de fato somos hipócritas e a morte de africanos, mesmo se comparada à de mortos no Oriente Médio, tem menos impacto. Sexto, porque há poucos jornalistas especializados em África. Há vários que conheço que acompanham a Síria, Irã e Israel (eu sou um caso). Mas poucos que se especializam na África. Os órgãos de imprensa também dão pouco espaço para o continente africano. [...] O presidente Goodluck Jonathan condenou o atentado terrorista em Paris, mas, de forma grotesca e repugnante, não se manifestou sobre o massacre cometido pelo Boko Haram em Baga. Em fevereiro, ele enfrentará eleições e não quer ser responsabilizado pela sua incompetência no combate ao grupo terrorista. O Exército nigeriano também tem sido extremamente ineficiente. Note-se, inclusive, que, em abril de 2013, militares queimaram milhares de casas e mataram 200 pessoas em Baga. Sabe-se lá o porquê, argumentaram que estavam se vingando do Boko Haram ao matar a população civil. (CHACRA, 2015, s.n.).

Se o problema sobre a falta de informação existe, ele precisa ser explicitado e resolvido pelos órgão competentes. Em primeiro lugar, pelos próprios instrumentos que veiculam as informações na Nigéria, para que esse soar de indignação seja transparente em todo o país. Já em relação a mídia internacional, o governo nigeriano precisa assumir um posicionamento mais ativo nas discussões internacionais, caso contrário, sua situação permanecerá estagnada e o único auxílio que receberá, será o que já possui, como por exemplo, no combate ao Boko Haram, o envio de 300 soldados³⁷ pelos Estados Unidos no ano de 2015, para o apoio a uma força tarefa multinacional, que contaram com tropas do Níger, Camarões, Chade e Benin.

³⁷ Notícia disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/10/1694052-eua-enviam-300-soldados-a-camaroes-para-apoiar-combate-ao-boko-haram.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

Em relação a Organização das Nações Unidas, especialistas em direitos humanos na África, apontam que em muitos casos envolvendo as ações terroristas do Boko Haram, as autoridades locais evitam divulgar informações por medidas de segurança³⁸, deixando de fornecer assistência às comunidades atingidas, como no caso de maior audiência e envolvimento internacional na Nigéria, no ano de 2014, quando 276 meninas foram levadas do local onde estudavam. Nessa situação em particular, os olhos do mundo se voltaram para a comunidade da Nigéria, afetada pelo sequestro repentino de centenas de estudantes. A mídia internacional se mobilizou e acompanha o caso até hoje, divulgando informações importantes, como o que ocorreu em outubro de 2016, quando algumas das garotas após dois anos presas em cativeiro, foram soltas. Dentre todas as garotas, 197 ainda continuam desaparecidas.

Em uma cerimônia na capital nigeriana de Abuja, uma das meninas disse que elas ficaram 40 dias sem comida e quase morreram sob ataques aéreos. Os detalhes da negociação para libertar as meninas ainda não foram revelados, mas autoridades nigerianas dizem que há conversas em andamento para libertar outras estudantes. Embora o governo negue que houve uma troca de extremistas do Boko Haram pelas jovens, uma autoridade de segurança disse à BBC que quatro comandantes foram libertados. Segundo a agência de notícias Associated Press, o governo suíço também enviou um pagamento de milhões de dólares em nome do governo nigeriano. Desde o sequestro, algumas meninas conseguiram fugir, mas outras morreram no cativeiro e, segundo relatos, outras se casaram com membros do grupo extremista e não desejam mais voltar. (BBC, 2016, s.n.).

Portanto, diante de todos os exemplos abordados, é possível entender que existe uma falha tanto no contexto nacional da Nigéria quanto no papel em que a mesma desempenha na dinâmica das relações internacionais. Isto é, enquanto seu próprio governo e a informação dos acontecimentos em seu território não se tornarem transparentes, de modo que a população seja capaz de enxergar os esforços para a criação de um Estado cada vez mais democrático e em busca da liberdade de suas mazelas sociais e extinguir a criação de grupos rebeldes que agem em prol da violência não será tarefa fácil. O treinamento dos órgãos governamentais é essencial para que cada vez mais suas centrais de inteligência sejam capazes de prevenir novos ataques e identificar os responsáveis. Além disso, para que a voz nigeriana e todo o continente africano seja ouvido, é necessário estabelecer uma cultura de liderança capaz de se sustentar sozinha no cenário internacional, sem o auxílio de atores externos de forma recorrente, de modo que cada vez mais essas nações consideradas frágeis, sejam notadas

³⁸ Notícia disponível em: <<https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-pedem-que-nigeria-amplie-esforcos-para-encontrar-meninas-sequestradas-por-boko-haram/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

agindo ativamente contra seus próprios problemas internos. Isso não necessariamente significa que a assistência dos atores internacionais deve cessar, pelo contrário, essa ajuda deve continuar de forma que não esconda ou apenas encubra por um tempo, os problemas existentes, mas que auxiliem no crescimento e desenvolvimento da Nigéria, com o objetivo de torná-la tão grande quanto as potências mundiais.

É evidente que é uma tarefa extremamente complexa e está diretamente ligada com o governo e as adversidades que o mesmo enfrenta para garantir um crescimento sustentável e que reflita como evolução para a sociedade civil, porém a mudança só será duradoura se existir uma garantia de que suas bases serão mantidas. Caso contrário, as diferenças culturais e religiosas, continuarão afetando governos e políticas públicas, desfazendo qualquer que seja o aspecto de identidade comum, capaz de estabelecer melhorias nos pilares de sustentação do Estado.

Ao notar este crescimento, os atores externos passarão a enxergar o país africano de forma cada vez mais ativa no contexto da relações internacionais, para que as ajudas humanitárias se tornem um auxílio de sustentação econômica e conseqüentemente seja revertido para a população. Mesmo que esse desejo tenha um ar de utopia, a situação só poderá ser melhorada, caso essas mudanças, ao menos no próprio governo, sejam realizadas. Assim, o Ocidente de forma geral, não será mais capaz de permanecer calado perante as atrocidades de violência causadas pelos extremistas e especificamente na questão debatida, as ações do grupo Boko Haram. O próximo ponto a ser compreendido é exatamente identificar o que torna a Nigéria uma nação socialmente invisível e como isso se configura diante do cenário mundial.

4.3 A INVISIBILIDADE SOCIAL DA NIGÉRIA

A invisibilidade social é um fenômeno contemporâneo, que surgiu no século XX. O termo foi criado para designar as pessoas que que passam a ser consideradas invisíveis no convívio social, seja pela indiferença de outras pessoas ou preconceito. São vários os fatores que acabam por sustentar essa invisibilidade, como a aparência, história, cultura e situação financeira. Trazendo essa discussão para o sistema internacional, a nação que possui um processo histórico considerado inferior aos outros, uma economia frágil e problemas sociais internos, pode ser considerada parte desse contexto. Este fenômeno possui influências e é determinado por fatores socioeconômicos integrados ao sistema capitalista, o Neoliberalismo

e pelas crises de identidade entre os atores da modernidade, atingindo principalmente aqueles que sobrevivem à margem da sociedade, levando em consideração não apenas as questões econômicas, mas também as ligações culturais e sociais.

Na exclusão, frequentemente, há uma ruptura da rede social por conta do isolamento, da pobreza, da violência, da fome, do desemprego, das limitações de oportunidades, etc. Não se trata apenas da precariedade objetiva, mas de um empobrecimento do laço social, da inscrição simbólica. A consequência é uma ferida narcísica profunda, que não cicatriza facilmente. Assim, além das marcas relativas à carência material e cultural e à vulnerabilidade ligadas à insegurança, à instabilidade e à exposição a situações-limite, a exclusão social é marcada pela marginalização, um processo ativo e reiterado de ataque aos processos de filiação e identificação. Ora, se tomarmos tais processos como parte da condição humana, que é sustentada sobre a relação entre espaço íntimo e espaço social, entendemos que a pobreza econômica, muitas vezes, desdobra-se em pobreza simbólica, das relações intersubjetivas, da capacidade de modificar o ambiente e de encontrar formas de inclusão. Assim, no caso da exclusão social, há um ciclo-vicioso sem-saída: o excluído é aquele que não é visto, não é reconhecido, não pertence e essa impossibilidade de ser olhado dificulta a criação de respostas que permitam algum tipo de inclusão produtiva. [...] A ruptura do pacto social, ou seja, a ausência de contrato de renúncia pulsional em nome da vida comunitária, pode manifestar-se em comportamentos violentos e antissociais. Ora, se a exclusão põe em xeque o pertencimento ao social, ela coloca em questão a grupalidade, uma vez que, sem acordo intersubjetivo, o respeito à lei não tem sentido. (KEMPER, 2013, p. 110).

Desse modo, aquilo que é marginalizado, financeiramente precário e não disponibiliza benefícios para quem o busca, certamente está fadado à invisibilidade social, pois existe um interesse em torno da manutenção desse sistema, isto é, um jogo de classes que garante a permanência dessa cegueira e ainda busca tornar natural este processo como um todo. Esse ciclo é exatamente o que o Estado deve evitar que ocorra: permanecer na inércia e manter o status de marginalização perante o cenário internacional. O contrário deve ser feito para que a experiência de pertencimento seja capaz de estabelecer uma aproximação maior com os atores externos e sua inclusão em um contexto único.

É a possibilidade de falar, de significar, de transformar vivência em experiência que permite a inscrição simbólica, e, portanto, a inclusão. Compartilhar experiências está na base da subjetivação, do que caracteriza o humano como ser social. A narrativa é uma forma de afirmar o desejo, um espaço de troca, que abre a novas possibilidades e permite um repertório de estratégias subjetivantes no encontro com a rede social. 2 Benjamin (1989) faz uma distinção entre experiência e vivência. A primeira se refere ao coletivo, ao histórico, ao cultural e a vivência é privada e individual, saturada de eventos e sensações que precisam ser abrangidos. A capacidade de contar é uma forma de fazer laço entre individual e social, entre a

vivência subjetiva e a experiência coletiva, entre o pessoal e o comunitário. A narrativa é também a possibilidade de transmissão, de geração em geração, da cultura, dos valores sociais, da tradição, da sabedoria, da autoridade. (KEMPER, 2013, p. 115).

É tornando-se mais ativa nas discussões internacionais e extinguindo as características que impedem seu desenvolvimento, que a Nigéria será capaz de transformar sua vivência em experiência e garantir sua integração na dinâmica global, não mais como um Estado frágil e socialmente decadente, mas como a nação de maior poder econômico e político no contexto continental africano.

O contexto atual é regido por uma lógica econômica (não somente financeira, mas também relativa à economia social e psíquica), que promove duas clivagens: uma social, a exclusão, que divide a sociedade entre os que fazem parte do pacto social e os que estão fora; e outra psíquica, decorrente dessa primeira. Como visto, a exclusão como fragilidade social representa uma ameaça subjetiva, uma vez que a vida psíquica apoia-se no social. (KEMPER, 2013, p. 118).

A invisibilidade social não está somente na lógica do poder financeiro, isto é, a marginalização ocorre quando os demais fatores que constroem uma sociedade estável e desenvolvida, não são colocados em prática, produzindo o efeito de afastamento e fragilidade, sendo esta, uma combinação alarmante no sentido de unir a exclusão social com o sentimento de isolamento por parte da própria comunidade.

Quando falo do desapontamento, já todos sabem a que me refiro. Não é necessário ser um fanático da compaixão; pode muito bem reconhecer-se a necessidade biológica e psicológica do sofrimento para a economia da vida humana e, no entanto, condenar a guerra nos seus meios e objectivos, suspirar pela sua cessação. Afirmou-se, sem dúvida, que as guerras não poderão terminar enquanto os povos viverem em tão diversas condições de existência, enquanto as valorações da vida individual diferirem tanto entre uns e outros e os ódios, que os separam, representarem forças instintivas anímicas tão poderosas. Estava-se, pois, preparado para que a humanidade se visse ainda, por muito tempo, enredada em guerras entre os povos primitivos e os civilizados, entre as raças humanas diferenciadas pela cor da pele e, inclusive, entre os povos menos evoluídos ou incultos da Europa. Mas das grandes nações da raça branca, dominadoras do mundo, às quais coube a direcção da humanidade, que se sabia estarem ocupadas com os interesses mundiais, e cujas criações são os progressos técnicos no domínio da natureza e os valores culturais, artísticos e científicos; destes povos esperava-se que saberiam resolver de outro modo as suas discórdias e os seus conflitos de interesses. Dentro de cada uma dessas nações tinham-se prescrito ao indivíduo elevadas normas morais, às quais devia ajustar a sua conduta, se pretendesse participar na comunidade cultural. (FREUD, 1915, p. 5).

A invisibilidade social conta ainda com os aspectos do processo histórico e cultural que corroboram para a imagem de uma raça sendo superior à outra, entre eles, está a geração de conflitos, que Freud explicita como a não valorização da vida humana e individual, sendo essa diferença uma das peças geradoras do processo de ódio que segrega e divide a sociedade nos termos econômicos, sociais³⁹ e até mesmo morais.

O Estado civilizado considerava estas normas morais como o fundamento da sua existência, saía abertamente em sua defesa se alguém ousava infringi-las e, inclusive, declarava como impraticável a sua sujeição ao exame do entendimento crítico. Era, pois, de supor que ele próprio quisesse respeitá-las e que não pensasse empreender contra elas algo que constituísse uma negação dos fundamentos da sua própria existência. Por último, pôde observar-se como dentro das nações civilizadas se encontravam inseridos certos restos de povos que eram em geral incômodos e que, por isso, só com relutância e com limitações eram admitidos a participar na obra comum da cultura, para a qual se tinham revelado suficientemente aptos. Mas era de crer que os grandes povos tivessem alcançado uma tão grande compreensão dos seus elementos comuns e tanta tolerância em face das suas diferenças que não confundissem num só, como na antiguidade clássica, os conceitos de “estrangeiro” e de “inimigo”. (FREUD, 1915, p. 6)

Uma sociedade pode acreditar que se encontra corrompida pela inserção de povos com diferenças culturais e que transmitem certo incômodo. Casos como esse, são vistos hoje com extrema frequência na Europa⁴⁰, onde a religião e o extremismo são confrontados e acabam criando exatamente o fenômeno conceitual de Freud sobre suas percepções de estrangeiro e inimigo.

Diante de todos os pontos levantados, a invisibilidade social está inevitavelmente atrelada as diferentes visões do Ocidente sobre o Oriente e mais especificamente sobre a Nigéria compondo os demais países do continente africano. Mesmo a África sendo considerada o berço da humanidade e possuindo suas características espalhadas pelo mundo, o cenário internacional parece, por hora, despreocupado em relação aos problemas sociais vividos pela comunidade nigeriana. Porém, a ameaça é constante e caso nada seja feito, as raízes desses problemas passarão a compor outros cenários que não serão contidos apenas em

³⁹ Notícia disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/os-dez-piores-paises-do-mundo-para-os-jovens-sao-na-africa-subariana-e-dois-falam-portugues-1748455>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
Notícia disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/economia/paises-da-africa-crescem-em-ritmos-bem-diferentes/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

⁴⁰ Notícia disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36981927>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
Notícia disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/policiais-forcam-mulher-a-tirar-burkini-em-praia-da-franca/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

um único território. Os organismos internacionais, como a própria ONU, estão conscientes da importância de ações mais incisivas na contenção dos extremismos que causam uma ruptura social dentro do país. Cabe a própria nação nigeriana, estabelecer diretrizes e objetivos concretos, como o fim da corrupção dentro do governo, para que possa tornar seu desenvolvimento, um processo constante. Além disso, os atores externos serão mais eficientes em seu auxílio, desencadeando uma forma de suporte multinacional, capaz de prevenir e extinguir fenômenos como o próprio terrorismo. Por isso, a inclusão nas discussões internacionais se torna importante para a eliminação do status de invisibilidade social e para que o silêncio do Ocidente seja de fato substituído por ações concretas e que contribuam para um sistema mais harmônico, equilibrado e superior as crises de qualquer espécie.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização das Nações Unidas é o maior instrumento de assistência humanitária do século XX e XXI. Suas ações são consideradas extremamente importantes para a erradicação de diversos problemas que afetam as comunidades mais marginalizadas e excluídas do planeta, entre eles a fome e a pobreza extrema. São ainda, essas mesmas questões, algumas das responsáveis pelo pouco ou nenhum desenvolvimento das nações em situação de vulnerabilidade. No contexto africano, a ONU esteve presente em muitos dos conflitos internos do continente, sendo muitas vezes, considerada falha em seu processo de construção e manutenção de paz, como no caso de Ruanda⁴¹, um genocídio que deixou 800 mil mortos em apenas 100 dias.

Com relação ao sistema estrutural da Organização das Nações Unidas, é importante que haja mudanças, tornando a mesma mais democrática e possibilitada a atuar em conflitos internacionais de maneira mais eficaz, como por exemplo, a extinção dos membros permanentes e o poder de veto, já que isso configura uma força maior de apenas cinco países sobre o restante do mundo. Pontuar as questões regionais, sem a necessidade de envolver as nações do Ocidente nos conflitos do Oriente, parece ser a melhor forma de extinguir as raízes desses problemas, buscando auxiliar e fortalecer as associações regionais, entre países que possuem semelhanças culturais, tornando o seu entendimento muito mais benéfico e recíproco, diante das adversidades e dificuldades encontradas em se estabelecer um ambiente de equilíbrio e paz. Isso se deve ao fato de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, já não reflete mais a ordem mundial que inevitavelmente tem caminhado em direção ao pluralismo e ao protagonismo regional, isto é, novos líderes têm surgido em diferentes regiões ao redor do mundo, como o Japão, a Índia e em certo ponto o Brasil, na América do Sul.

Além disso, tais mudanças são capazes de permitir que a ONU atinja a autonomia necessária, de forma que suas ações e recomendações sejam acolhidas pela comunidade internacional. Este fator é importante para que o sistema das relações internacionais não permaneça na inércia e evite barreiras como a própria soberania das nações, principal pilar do sistema governamental. Para que os países não se sintam coagidos a ajudar e o faça pela preocupação em manter a paz mundial, o equilíbrio de poder se faz extremamente necessário,

⁴¹ Para entender melhor o genocídio de Ruanda, leia a matéria disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms>. Acesso em: 07 nov. 2016.

HOTEL Ruanda. Direção: Terry George. Reino Unido, Itália, África do Sul, Estados Unidos, 2004. 121 minutos. Color. Son.

auxiliando no objetivo de gerar mudanças na atual estrutura da Organização das Nações Unidas: ressaltar a importância das ações de cada Estado membro e o seu comprometimento com os objetivos da organização, não tornado a preocupação com a segurança internacional, uma obrigação institucionalizada, mas sim, um assunto de interesse coletivo. Portanto, uma transformação de mentalidade e uma alteração no modo de agir da própria sociedade se fazem necessárias para que este propósito de união e coletividade seja alcançado, de modo que os próprios países e seus respectivos povos, reconheçam que esta integração gera vantagens cooperativas que superam os custos dos conflitos, garantindo o interesse doméstico e a harmonização do cenário internacional.

Sobre o território nigeriano, sua complexidade cultural e as diferenças étnicas/religiosas, são fatores chaves na construção de uma identidade nacional comum, entretanto, são também as razões pelas quais os conflitos existem e pela violência disseminada por meio de grupos extremistas, como o caso do Boko Haram. Além disso, a incapacidade do Estado ou ao menos, a falta de interesse de seus governantes em disseminar e construir uma cultura democrática mais justa e estável, faz com que os órgãos de caráter nacional e governamental, permaneçam em situação de risco, uma vez que os casos de corrupção e a falta de auxílio a própria comunidade por meio dessas instituições, são causadores da insatisfação da comunidade nigeriana e de seu apoio aos grupos rebeldes que prometem eliminar todo e qualquer tipo de mal existente no próprio governo e em seu modo de governar. O objetivo principal deste estudo de analisar os aspectos na atuação da ONU, perante as ações dos ataques terroristas na Nigéria foi alcançado, já que a construção do processo histórico, tanto da organização, quanto da formação do Estado foi apontada. Além disso, as consequências do silêncio da comunidade internacional ficaram claras e colaboraram para a compreensão do combate ao terrorismo em escala global.

Entretanto, esboçar uma solução para combater as ações terroristas na Nigéria, exige um alinhamento bastante complexo e difícil de ser alcançado entre o governo, atores externos e as entidades de inteligência internacionais, com o objetivo de rastrear e prevenir essas ações, de forma que os extremistas sintam-se impedidos de agir. Além disso, toda essa estrutura requer um investimento no qual as potências mundiais não possuem grande interesse, justamente porque a ameaça do grupo ainda não tornou-se global para o Ocidente, apesar de já atuar em diversas fronteiras nigerianas com outras nações. Sendo assim, a própria ONU permanece inativa, já que suas operações ocorrem somente com o investimento de seus Estados membros junto a sua aprovação, isto é, sem o interesse propriamente dito dos países,

não é possível agir, condenando a Nigéria e o continente africano, a um contínuo status de invisibilidade social.

REFERÊNCIAS

AFRICAN STUDIES CENTRE (ASC): INSTITUT FRANÇAIS DE RECHERCHE EN AFRIQUE (IFRA). **Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria**. Nigéria, 2014.

ANNAN, Kofi. **Uma estratégia mundial de combate ao terrorismo**. Jornal Público, Lisboa, 29 jan. 2004.

AZEVEDO, Ana F. De et al. **Geografias pós-coloniais**. Lisboa: Figueirinhas, 2016.

BENEDICT, Anderson. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed Ática, 1985.

BIGATÃO, Juliana De Paula. **As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais**. Unesp, Unicamp, Puc, São Paulo, ago. 2007.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Prevenir, Manter E Construir A Paz: Novos Desafios À Segurança Internacional**. São Paulo: Instituto De Estudos Avançados Da Universidade De São Paulo, 2012.

CAMPOS, João Mota de. **Organizações Internacionais: teoria geral, estudo monográfico das principais organizações internacionais de que Portugal é membro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARVALHO, Leandro. **Terrorismo**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CHACRA, Gustavo. Manual para entender o massacre de бага, na nigéria. **ESTADÃO**, São Paulo, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/manual-para-entender-o-massacre-de-baga-na-nigeria/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CLAUDIA LIMA. **O islamismo na África**. Disponível em: <www.claudialima.com.br>. Acesso em: 06 set. 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIREITOS HUMANOS. **Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais**. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_21/iipag3_21_1.htm>. Acesso em: 02 set. 2016.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações Da Manutenção De Paz Da Onu: De Que Forma Os Direitos Humanos Revolucionaram A Principal Ferramenta Internacional Da Paz**. Brasília, Fundação Alexandre De Gusmão, 2013.

FERREIRA, Patrícia Magalhães (2014); “Estados Frágeis” em África: A Intervenção Externa nos processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (peacebuilding), Fevereiro de 2014.

FILHO, José Maurício Vieira. **Peacekeeping: surgimento, mudanças e desafios**. Século XXI, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2013.

FILHO, Pio Pena. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos – o caso africano**. Revista brasileira de política internacional, Brasília, pp. 31-50, jan. 2004.

FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **O Surgimento Das Organizações Internacionais**. USA: Lawinter.com, Maio, 2005. Disponível em: <www.lawinter.com/122005hridfalawinter.htm >. Acesso em: 02 de out. de 2016.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Covilhã: Lusofia, 2009.

_____. **O mal-estar na civilização**. 21 ed. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1974.

GETÚLIO NASCIMENTO. **Fronteira da África, c2014**. Disponível em: <<http://www.getulionascimento.com/news/fronteiras-da-africa/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IBA mendes. **A presença da ONU na África**. Disponível em: <<http://www.ibamendes.com/2015/10/a-presenca-da-onu-na-africa.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

IZZO, Roberta Cristina. **Memórias e projeções: a cultura da paz nas Nações Unidas – de 1989 a 2001**. 2008. 173 f. Dissertação (mestre em história e cultura) - universidade estadual paulista Júlio de mesquita filho. Franca: 2008.

KEMPER, Maria Lenz Cesar. Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. **Cad. Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, pp. 105-125, jul./dez. 2013.

MATOS, Alderi Souza de. **Cristãos e Muçulmanos: Uma longa história de conflitos**. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/6935.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

MENDES, Tiago Meyer; BEBER, Ana Jaciara Costa; HEUSNER, Bruna Segat; MASSAFRA, Pamela Soares. **O terrorismo como ameaça aos direitos fundamentais na era globalizada: o caso Boko Haram**. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/download/5271/4450>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

METZ, Helen Chapin. **Nigéria: A Country Study**. GPO for the Library of Congress, Washington, 1991.

MIKELL, Gwendolyn. **Players, policies and prospects: Nigeria-US relations**. In: South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, pp. 281 – 313.

MONTCLOS, Marc-Antoine Pérouse de. **Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria**. Nigéria: African Studies Centre, 2014.

MORE, Thomas. **Utopia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Cultura, identidade e Estado nacional no contexto dos países africanos*. São Paulo: Riha, 1996.

NEVES, Gilda Motta Santos. **Comissão das nações unidas para consolidação da paz: perspectiva brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

NIGÉRIA. In **Britannica Escola Online**. Enciclopédia Escolar Britannica, 2016. Web, 2016. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482049/Nigeria>>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

NIGERIA UN MISSION. **First committee**, c2015. Disponível em: <<http://nigeriaunmission.org/first-committee/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell De. *Nigéria: História da política externa e das relações internacionais*. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2012.

OLUSI, J. O.; OLAGUNJU, M.A. **The Primary Sectors of the Economy and the Dutch Disease in Nigeria**. In: *The Pakistan Development Review*, vol. 44, No. 2, pp. 159-175, 2005. Disponível em: <http://www.pide.org.pk/pdr/index.php/pdr/article/viewFile/2061/2034>. Acesso em: 28/10/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das nações unidas e estatuto da corte internacional de justiça**. São Francisco, 1945.

_____. **United nations peacekeeping operations**. New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.

PHAM, J. Peter. A Ameaça Crescente do Boko Haram. **CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA**, Washington, n. 20, pp. 1-8, 2012.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente. **ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 3, set. 2008. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PHAM, J. Peter. **A Ameaça Crescente do Boko Haram**. Centro de estudos estratégicos de África, nº. 20 / abr. 2012. Disponível em: http://africacenter.org/wp-content/uploads/2012/04/ASB20Final_POR.pdf. Acesso em: 02 de mar. 2016.

REZENDE, Lucas Pereira; AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert De. Sobre o Sistema de Segurança Coletiva e a legitimidade das Operações de Paz da ONU. **Carta Internacional**, v. 6, n. 1, pp. 23-38, jan. 2011.

UN DOCUMENTS. **An agenda for peace**. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>. Acesso em: 07 set. 2016.

UNIC RIO DE JANEIRO. **A ONU e a paz, c2014**. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/>>. Acesso em: 06 set. 2016.

UNIDAS, Organização Das Nações. **United nations peacekeeping operations**. New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.

USARSKI, Frank. **Um sangrento enigma chamado Boko Haram**. Entrevistador: Rodrigo Wolff APOLLONI. REVER, Ano 15, Nº 01, Jan/Jun 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/viewFile/23594/16922> . Acesso em: 02 de mar. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O livro na rua: Nigéria**. Brasília: Thesauru, 2011.

XAVIER, Ana Isabel Et Al. **A organização das Nações Unidas**. Coimbra: HUMANA GLOBAL, 2007.